

Questões Extras

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (AFRF – 2005 – ESAF) Em seu sentido subjetivo, o estudo da Administração Pública abrange:

- a) A atividade administrativa.
- b) O poder de polícia administrativa.
- c) As entidades e órgãos que exercem as funções administrativas.
- d) O serviço público.
- e) A intervenção do Estado nas atividades privadas.

2. (AFRF – 2005 – ESAF) Em relação à organização administrativa da União Federal, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) O contrato de gestão só pode ser celebrado entre a União Federal e as entidades descentralizadas.
- b) As fundações públicas de direito público estão impedidas de exercer poder de polícia administrativa.
- c) É possível, na esfera federal, uma empresa pública ser organizada sob a forma de sociedade anônima, sendo a União Federal a sua única acionista.
- d) As agências reguladoras podem, no âmbito da Administração Indireta, assumir a forma de autarquias, fundações ou empresas públicas.
- e) As denominadas fundações de apoio às instituições federais de ensino superior integram o rol da Administração Pública Indireta.

3. (AFRF – 2005 – ESAF) Assinale entre o seguinte rol de entidades de cooperação com o Poder Público, não integrantes do rol de entidades descentralizadas, aquela que pode resultar de extinção de entidade integrante da Administração Pública Indireta.

- a) Organização social.
- b) Fundação previdenciária.
- c) Organização da sociedade civil de interesse público.
- d) Entidade de apoio às universidades federais.
- e) Serviço social autônomo.

4. (AFRF – 2005 – ESAF) Assinale, entre as seguintes definições, aquela que pode ser considerada correta como a de órgão público.

- a) Unidade personalizada, composta de agentes públicos, com competências específicas.
- b) Centro funcional, integrante da estrutura de uma entidade, com personalidade jurídica de direito público.
- c) Conjunto de agentes públicos hierarquicamente organizados.
- d) Centro de competências, com patrimônio, responsabilidades e agentes próprios, criado para uma determinada atividade.
- e) Unidade organizacional, composta de agentes e competências, sem personalidade jurídica.

5. (FISCAL DO TRABALHO – 2006 – ESAF) A doutrina sempre considerou muito complexa a figura das fundações no âmbito da Administração Pública brasileira. Em verdade, foi constante, ao longo dos anos, a evolução dessa espécie organizacional. No atual estágio, assinale o conceito correto a respeito das diversas categorias dessa entidade.

- a) A fundação pública de direito público tem natureza autárquica e integra a Administração Pública Direta.

- b) A fundação de apoio às instituições federais de ensino superior tem natureza de direito privado e integra a Administração Pública Indireta.
- c) A fundação pública de direito privado vincula-se ao regime jurídico-administrativo e integra a Administração Pública Indireta.
- d) A fundação previdenciária tem personalidade jurídica de direito público e vincula-se ao regime jurídico-administrativo.
- e) A fundação pública de direito privado equipara-se, em sua natureza jurídica, à sociedade de economia mista.

6. (TRF – 2006 – ESAF) A entidade da Administração Indireta, que se conceitua como sendo uma pessoa jurídica de direito público, criada por força de lei, com capacidade exclusivamente administrativa, tendo por substrato um patrimônio personalizado, gerido pelos seus próprios órgãos e destinado a uma finalidade específica, de interesse público, é a:

- a) Autarquia.
- b) Fundação pública.
- c) Empresa pública.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Agência reguladora.

7. (TRF – 2006 – ESAF) As sociedades de economia mista, constituídas com capitais predominantes do Estado, são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta, são regidas pelas normas comuns aplicáveis às empresas particulares, estando fora do âmbito de incidência do Direito Administrativo.

- a) Correta esta assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque elas são pessoas jurídicas de direito público.
- c) Incorreta a assertiva, porque eles são de regime híbrido, sujeitando-se ao direito privado e, em muitos aspectos, ao direito público.
- d) Incorreta a assertiva, porque seus capitais são predominantemente privados.
- e) Incorreta a assertiva, porque elas são de regime público, regidas exclusivamente pelo Direito Administrativo.

8. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) Quanto à teoria do órgão e sua aplicação ao Direito Administrativo, aponte a opção correta.

- a) Consoante tal teoria, o órgão é apenas parte do corpo da entidade e, por consequência, todas as suas manifestações de vontade são consideradas como da própria entidade.
- b) Essa teoria não distingue órgão de entidade, reconhecendo personalidade jurídica a ambos, indistintamente, e, por conseguinte, reconhecendo serem sujeitos de direitos e obrigações, de forma direta.
- c) Essa teoria, de ampla aceitação entre os administrativistas pátrios, reconhece personalidade jurídica ao órgão, que passa a ser sujeito de direitos e obrigações.
- d) Por tal teoria, o agente (pessoa física) atua como representante da pessoa jurídica, à semelhança do tutor e do curador de incapazes.
- e) Essa teoria não tem aceitação entre os publicistas contemporâneos, por não explicar, de forma satisfatória, como atribuir aos entes públicos os atos das pessoas humanas que agem em seu nome.

9. (ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – 2002 – CESPE/UNB) “A gestão da administração é tema dos mais instigantes, vindo à tona com a reforma da administração pública brasileira impulsionada pela Emenda Constitucional n.º 19/1998. A introdução, no ordenamento jurídico brasileiro, das agências executivas e das organizações sociais representou significativa mudança na estrutura e no modo da administração pública no Brasil. Associada a isso, a previsão da descentralização dos serviços públicos, por meio de convênios de transferência entre os entes federados, deu uma nova dinâmica ao modo de conduzir os serviços públicos. É possível dizer que as agências executivas e as organizações sociais, por meio do contrato de gestão, instalaram uma nova era na administração pública do Brasil.” [SILVA, Christine Oliveira Peter da. A reforma administrativa e a Emenda nº 19/1998: uma análise panorâmica. *In*: Revista Jurídica Virtual (com adaptações)]

Acerca das organizações sociais mencionadas no texto acima, julgue os itens seguintes.

I- As organizações sociais se encaixariam naquilo que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado denomina de serviços exclusivos, que são aqueles que, por envolver o poder de Estado, o próprio Estado realiza ou subsidia. O Estado tem interesse nesses serviços porque os considera de alta relevância para os direitos humanos ou porque envolvem economias externas.

II- As organizações sociais são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade, regulado por meio dos contratos de gestão. O Estado continuará a fomentar as atividades geridas pelas organizações sociais publicizadas e exercerá sobre elas um controle estratégico: cobrará-lhes os resultados necessários à consecução dos objetivos das políticas públicas.

III- As organizações sociais são uma inovação constitucional, pois representam uma nova figura jurídica. Fazem parte da administração pública, embora constituam pessoas jurídicas de direito privado. A grande novidade repousa mesmo na sua constituição mediante decreto executivo.

IV- Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão da administração federal com uma organização social, ao tomarem conhecimento da prática de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por essa organização social, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

V- Não se deve entender o modelo proposto para as organizações sociais como um simples convênio de transferência de recursos. Os contratos e as vinculações mútuas serão mais profundos e permanentes, uma vez que as dotações destinadas a essas instituições integrarão o orçamento da União, cabendo a elas um papel central na implementação das políticas sociais do Estado.

10. (ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL 2002 – CESPE/UNB) Acerca do direito constitucional e do direito administrativo, julgue o seguinte item:

Sabendo que a Caixa Econômica Federal (CAIXA) é empresa pública federal que explora atividade econômica própria das empresas bancárias, conclui-se que, se o Congresso Nacional aprovasse lei ordinária estabelecendo isenção do imposto sobre a renda em favor dela, essa lei seria inconstitucional, pois é constitucionalmente admissível que o Estado, em certos casos, explore atividade econômica, mas, ao fazê-lo, deve submeter-se, o máximo possível, ao regime

jurídico próprio das empresas privadas, não sendo lícito que goze de privilégios fiscais não-extensíveis a elas.

11. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

O controle das empresas estatais cabe ao ministério a que estiverem vinculadas e se materializa sob a forma de supervisão, estando previstos, ainda, na Constituição Federal de 1988, outros instrumentos de controle que são aplicados de acordo com as condições nela estabelecidas.

12. (ATENDENTE JUDICIÁRIO/TJ-BA – 2003 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

Administração Indireta, também denominada Administração descentralizada, decorre da transferência, pelo poder público, da titularidade ou execução do serviço público ou de utilidade pública, por outorga ou delegação.

13. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO STJ – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os itens a seguir:

I- Os órgãos se configuram em entidades concretas capazes de sintetizar diversas atribuições estatais, podendo ser estruturados singularmente ou de maneira colegiada, exercendo ora funções de controle, ora ações e consultas.

II- Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista prestadoras de serviço estão submetidas ao processo falimentar, sendo que as ações relativas às mesmas são de competência da justiça federal.

III- Diferentemente das empresas públicas, as sociedades de economia mista devem se inscrever obrigatoriamente na modalidade de sociedade anônima.

14. (PAPILOSCOPISTA DA POLÍCIA FEDERAL – 2000 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

Não pode a lei instituidora de uma empresa pública autorizar, também, a criação de uma subsidiária dela.

15. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) A respeito da administração pública, julgue os seguintes itens:

I- O poder público pode criar empresa pública unipessoal.

II- Toda sociedade em que o Estado tenha participação acionária integra a administração indireta.

III- Os serviços sociais autônomos, embora não integrem a administração indireta, estão sujeitos aos princípios da licitação.

IV- Descentralização é a distribuição de competências de uma pessoa para outra, física ou jurídica, e difere da desconcentração pelo fato de ser esta uma distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (AFRF – 2005 – ESAF) Tratando-se do regime jurídico-administrativo, assinale a afirmativa falsa.

- a) Por decorrência do regime jurídico-administrativo não se tolera que o Poder Público celebre acordos judiciais, ainda que benéficos, sem a expressa autorização legislativa.
- b) O regime jurídico-administrativo compreende um conjunto de regras e princípios que baliza a atuação do Poder Público, exclusivamente, no exercício de suas funções de realização do interesse público primário.
- c) A aplicação do regime jurídico-administrativo autoriza que o Poder Público execute ações de coerção sobre os administrados sem a necessidade de autorização judicial.
- d) As relações entre entidades públicas estatais, ainda que de mesmo nível hierárquico, vinculam-se ao regime jurídico-administrativo, a despeito de sua horizontalidade.
- e) O regime jurídico-administrativo deve pautar a elaboração de atos normativos administrativos, bem como a execução de atos administrativos e ainda a sua respectiva interpretação.

2. (AFRF – 2005 – ESAF) Os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade vinculam-se, originalmente, à noção de administração:

- a) Patrimonialista.
- b) Descentralizada.
- c) Gerencial.
- d) Centralizada.
- e) Burocrática.

3. (AFRF – 2003 – ESAF) O estudo do regime jurídico-administrativo tem em Celso Antônio Bandeira de Mello o seu principal autor e formulador. Para o citado jurista, o regime jurídico-administrativo é construído, fundamentalmente, sobre dois princípios básicos, dos quais os demais decorrem. Para ele, estes princípios são:

- a) Indisponibilidade do interesse público pela Administração e supremacia do interesse público sobre o particular.
- b) Legalidade e supremacia do interesse público.
- c) Igualdade dos administrados em face da Administração e controle jurisdicional dos atos administrativos.
- d) Obrigatoriedade do desempenho da atividade pública e finalidade pública dos atos da Administração.
- e) Legalidade e finalidade.

4. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Depois de ingressar nos quadros do executivo federal mediante concurso público, o servidor em estágio probatório foi dispensado por não convir à Administração a sua permanência, após ter sido apurado, em avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade, assegurada a ampla defesa, que realizou atos incompatíveis com a função do cargo em que se encontrava investido. Referida dispensa está embasada, precipuamente no:

- a) Elemento da impessoalidade.
- b) Requisito da publicidade.
- c) Princípio da eficiência.
- d) Princípio da imperatividade.
- e) Requisito da presunção de veracidade.

5. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Aristóteles Júnior teve reconhecido determinado direito com base em interpretação de certa norma administrativa, adotada em caráter uniforme para toda a Administração. Posteriormente, visando melhor atendimento de sua finalidade, o Poder Público modificou referida interpretação, em caráter normativo, de forma retroativa, afetando a situação de Aristóteles, que já se encontrava consolidada na vigência da anterior orientação. A situação narrada afrontou o princípio denominado:

- a) Eficiência.
- b) Impessoalidade.
- c) Publicidade.
- d) Razoabilidade.
- e) Segurança jurídica.

6. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT 23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) A adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, e a observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, entre outras, dizem respeito ao princípio da:

- a) Razoabilidade, sob a feição de proporcionalidade.
- b) Motivação, decorrente da formalidade.
- c) Finalidade, que se apresenta como impessoalidade.
- d) Ampla defesa, somada à segurança jurídica.
- e) Segurança jurídica atrelada à legalidade.

7. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UF RJ) Com relação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I- A observância do princípio da motivação é indispensável na prática de atos administrativos de conteúdo decisório.
- II- De acordo com o princípio da legalidade, a Administração Pública é livre para praticar seus atos, desde que a lei não proíba.
- III- De acordo com a Constituição, se houver lesão ao princípio da moralidade administrativa, qualquer cidadão poderá propor ação popular.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

8. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UF RJ) A atividade desenvolvida pela Administração Pública deve ser atribuída aos órgãos e entidades em nome das quais foram praticadas e não à pessoa do administrador. Trata-se do princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Publicidade.
- d) Impessoalidade.
- e) Eficiência.

9. (TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO/AM – 2005 – NCE/UFRJ) O princípio aplicável para a Administração Pública e que tem por finalidade verificar a compatibilidade entre os meios e os fins, evitando restrições desnecessárias a direitos, denomina-se:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Razoabilidade.
- e) Eficiência.

10. (ASSISTENTE JURÍDICO/DF – 2001 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

No direito brasileiro, de acordo com o que ocorre em determinados países europeus, os atos administrativos não podem ser controlados pelo Poder Judiciário e, sim, por tribunais administrativos como os tribunais de contas; assim vige o princípio da dualidade da jurisdição.

11. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os seguintes itens:

I- O princípio da eficiência relaciona-se com o modo de atuação do agente e com o modo de organização e estruturação da administração pública, aspectos cujo conteúdo identifica-se com a obtenção de melhores resultados na relação custo *versus* benefícios e com o satisfatório atendimento das necessidades do administrado.

II- A expressão regime jurídico-administrativo, em seu sentido amplo, refere-se e tanto aos regimes de direito público e de direito privado a que se submete a administração pública quanto ao regime especial que assegura à administração pública prerrogativas na relação com o administrado.

12. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO STJ – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

Os poderes conferidos ao sujeito no direito administrativo se colocam como situações subjetivas consideradas de um ângulo ativo, já que o Estado e, por conseguinte, seus órgãos e agentes usam suas competências para autosatisfação.

13. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) A respeito dos princípios administrativos, julgue os itens subseqüentes.

I- A vedação de aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa encontra-se consagrada no ordenamento jurídico pátrio e decorre do princípio da segurança jurídica.

II- O princípio da legalidade pode ser afastado ante o princípio da supremacia do interesse público, especialmente nas hipóteses de exercício de poder de polícia.

III- Regras relativas a impedimentos e suspeições são aplicadas a servidores públicos como corolário do princípio da impessoalidade.

IV- A revogabilidade dos atos administrativos, derivada do princípio da autotutela, comporta hipóteses em que a revogação não é possível.

V- O princípio da presunção de legitimidade ou de legalidade, que tem aplicação no campo probatório, impõe ao particular provar o vício do ato administrativo.

14. (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

Na Constituição Federal, a inserção do princípio da eficiência como princípio administrativo geral fez acompanhar-se de alguns mecanismos destinados a facilitar a sua concretização, como a participação do usuário na Administração Pública indireta e a possibilidade de aumento da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Direta.

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. (AFRF – 2005 – ESAF) A Emenda Constitucional nº 34/2001 alterou uma regra relativa à exceção ao princípio de não-acumulação remunerada de cargos públicos. Essa alteração referiu-se à possibilidade da acumulação lícita de:

- a) Um cargo de juiz e um de professor.
- b) Um cargo técnico e outro de provimento em comissão.
- c) Um cargo de professor e outro de provimento em comissão.
- d) Um cargo de provimento em comissão, de recrutamento amplo, e os proventos de servidor aposentado.
- e) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

2. (TRF – 2006 – ESAF) Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, é garantido ao servidor público civil o direito à associação sindical, nos termos definidos em lei específica.
- b) A remuneração dos servidores públicos deve ser fixada por lei específica, assegurada a revisão geral anual, depois de decorrido o prazo mínimo de um ano do último reajuste concedido à categoria.
- c) Para fins de aplicação do limite imposto pela Constituição Federal à remuneração dos servidores públicos, devem ser computados proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidos cumulativamente com a remuneração, bem como as vantagens pessoais, e excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- d) A acumulação remunerada de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, é possível se houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.
- e) O limite remuneratório imposto pela Constituição Federal não pode ser aplicado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, por serem elas pessoas jurídicas de direito privado.

3. (TRF – 2006 – ESAF) Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) A proibição de acumulação remunerada de funções e empregos públicos não se estende às sociedades que são apenas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) A autorização para a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista deve ser feita, por lei específica, caso a caso, sendo vedada uma autorização geral feita por meio de lei.
- c) Todas as obras, compras, alienações e serviços realizados no âmbito da Administração Pública deverão ser contratados mediante processo de licitação.
- d) As administrações tributárias da União e dos Estados poderão compartilhar cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- e) Para evitar a duplicidade de sanção, os atos de improbidade administrativa que importarem em suspensão dos direitos políticos, em razão de trânsito em julgado de sentença condenatória em ação de improbidade administrativa, não poderão ser apreciados no âmbito de uma ação penal.

4. (TRF – 2006 – ESAF) Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) Apenas nos casos em que uma sociedade de economia mista é prestadora de serviço público considerado essencial à segurança nacional, a lei poderá dispor sobre os requisitos e as restrições para quem nela ocupe cargo que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- b) A Constituição Federal não permite que nenhum servidor perceba, simultaneamente, proventos de aposentadoria pagos pelo regime de previdência do servidor público e remuneração de um cargo público.
- c) Os Estados não podem, mediante previsão em suas Constituições estaduais, fixar o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça como limite único para a remuneração dos servidores públicos estaduais.
- d) O servidor público investido no mandato de vereador poderá sempre optar por perceber as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por servidor público que causem danos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

5. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Após regular processo disciplinar, Aristóteles Mendes, servidor estável, foi demitido do cargo de técnico administrativo, que passou, então, a ser ocupado por Hércules Júnior, também detentor de estabilidade. Posteriormente, decisão administrativa invalidou a penalidade de demissão acima mencionada. Em virtude desse fato, Aristóteles foi reinvestido no cargo de técnico administrativo e Hércules retornou ao cargo anterior. Essas duas formas de provimento descritas correspondem, respectivamente, à:

- a) Recondição e à reversão.
- b) Readaptação e à recondição.
- c) Reversão e à reintegração.
- d) Reintegração e à readaptação.
- e) Reintegração e à recondição.

6. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Servidor público de autarquia federal foi investido no cargo de Vereador da cidade de Vento Forte. Como a Câmara Municipal se reúne apenas 2 (duas) vezes por semana, no período da noite, o servidor passou a exercer ambos os cargos, uma vez que havia compatibilidade de horários. Em virtude desse fato:

- a) Apenas receberá as vantagens do cargo eletivo.
- b) Terá que optar por uma das duas remunerações.
- c) Perceberá as vantagens correspondentes aos dois cargos.
- d) Somente receberá as vantagens inerente a cargo ocupado na autarquia.
- e) Perceberá 50% (cinquenta por cento) de cada remuneração.

7. (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (ADM. GERAL) – TCE/SP – 2005 – FCC)
Relativamente ao servidor público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no exercício de mandato eletivo, é correto afirmar:

- a) Investido no mandato de Deputado Federal, havendo compatibilidade de horários, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo, emprego ou função.
- c) Investido no mandato de Deputado Estadual, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo, emprego ou função.
- d) Investido no mandato de Deputado Federal, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os direitos, vantagens e efeitos legais.

8. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 17ª – 2004 – FCC) No que diz respeito aos agentes públicos, considere as seguintes situações:

- I- O particular que recebe a incumbência para prestar serviço público, executando essa atividade em nome próprio, por sua conta e risco.
- II- A prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica prestado por empresa particular, mediante concessão.
- III- A transferência da execução de um determinado serviço público a um permissionário, sempre mediante prévia licitação.

Nesses casos, essas pessoas são denominadas agentes:

- a) Honoríficos, por receberem uma determinada atribuição mediante designação.
- b) Delegados, na condição de colaboradores com a Administração.
- c) políticos haja vista que exercem atribuições específicas do Poder Público.
- d) Credenciados, por receberem essas atribuições mediante contrato de adesão.
- e) Administrativos, por executarem serviços públicos próprios do Estado.

9. (AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS/AM – NCE/UFRJ – 2005)
A Constituição define a situação jurídica do servidor público investido em mandato eletivo. Assinale a alternativa que indica a correta situação do servidor público investido no mandato de prefeito.

- a) Afastar-se do cargo para exercer o mandato, podendo escolher uma das duas remunerações.
- b) Exercer as duas funções se houver compatibilidade de horários.
- c) Afastar-se do cargo para exercer o mandato, recebendo exclusivamente a remuneração de prefeito.
- d) O exercício cumulativo do mandato de prefeito com as atribuições de cargo público somente será possível quando se tratar de professor, existindo expressa previsão constitucional neste sentido.
- e) Deverá pedir exoneração do seu cargo.

10. (AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre o regime jurídico dos servidores, analise as afirmativas a seguir:

I- A Constituição, com sua redação atual, exige a manutenção de regime jurídico único no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional.

II- Nas empresas públicas, com capital exclusivamente público, o regime jurídico aplicável é o estatutário, idêntico ao que se aplica para os servidores da Administração Direta.

III- Os cargos públicos no Poder Executivo são criados por lei.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

11. (AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

I- A Constituição exige que os cargos comissionados sejam destinados aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

II- O direito de greve dos servidores públicos, de acordo com a redação atual da Constituição, deve ser regulamentado por lei complementar.

III- A Constituição proíbe o acesso de estrangeiros a cargos públicos, com exceção dos portugueses, se houver reciprocidade para o brasileiro em Portugal.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma.

12. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005)
Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

I- A Constituição não exige concurso público para a contratação temporária em virtude do excepcional interesse público.

II- As funções de confiança são destinadas somente aos ocupantes de cargos efetivos.

III- A prorrogação do prazo de validade do concurso será obrigatória quando não forem preenchidas todas as vagas oferecidas no edital.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma.

13. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005)
Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os servidores públicos têm assegurada a liberdade sindical.
- b) O direito de greve dos servidores públicos deverá ser regulamentado por lei complementar.
- c) A Constituição permite o acesso do estrangeiro a cargos públicos nas situações previstas na lei.

- d) Os servidores públicos, homens e mulheres, deverão se aposentar de forma compulsória aos setenta anos.
- e) A Constituição não prevê mais a obrigatoriedade de manutenção de regime jurídico único no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional.

14. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Os agentes públicos são pessoas que recebem a incumbência de atuar em nome do Estado. Eles são classificados de acordo com a natureza de sua atividade. Os mesários convocados para o serviço eleitoral e os empregados públicos são considerados, respectivamente, agentes:

- a) Políticos e administrativos.
b) Honoríficos e administrativos.
c) Administrativos e delegados.
d) Administrativos e políticos.
e) Honoríficos e políticos.

15. (ASSISTENTE DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre as normas constitucionais relativas à estabilidade do servidor, analise as afirmativas a seguir:

- I- A estabilidade será adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- II- O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de decisão administrativa ou judicial.
- III- A Constituição atribuiu estabilidade aos servidores ocupantes de cargo efetivo, nomeados sem concurso público, e que estavam em exercício há mais de cinco anos na data da promulgação da Constituição.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
b) II.
c) III.
d) I e II.
e) I e III.

16. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) A Constituição traz uma série de normas aplicadas aos servidores públicos. Sobre a matéria, é INCORRETO afirmar que:

- a) O direito de greve do servidor público, assegurado na Constituição, será regulamentado em lei ordinária, específica.
- b) A Constituição não exige o concurso público para preenchimento de cargos comissionados e de funções públicas.
- c) A comprovação da prática de atos de improbidade administrativa acarreta, entre outras consequências, a suspensão dos direitos políticos.
- d) A empresa pública e a sociedade de economia mista são criadas por lei.
- e) As regras constitucionais definidoras da responsabilidade do Estado também se aplicam para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

17. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Se for declarado extinto o cargo ocupado por servidor estável, deverá ser adotada pela Administração Pública a seguinte providência:

- a) Exonerar o servidor, de forma motivada.
b) Demitir o servidor após assegurar a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
c) Colocar o servidor em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- d) Designar o servidor provisoriamente em outro cargo, ainda que diverso.

- e) Designar o servidor para cargo comissionado até que seja aproveitado em outro cargo.

18. (AUDITOR DO INSS – 2003 – CESPE/UNB) Julgue os itens a seguir:

I- As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II- A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o DF e os Municípios, no âmbito de sua competência e mediante lei, elejam o regime celetista para a contratação de empregados públicos na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas.

III- A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

IV- A cassação de direitos políticos poderá dar-se nos casos de improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei.

19. (ANALISTA JUDICIÁRIO TST – 2003 – CESPE/UNB) Julgue o item a seguir:

Sérgio, após aprovação em concurso público e quatro anos de espera, foi nomeado para o cargo de agente administrativo em determinado órgão federal. Com 22 meses de efetivo exercício, houve uma reforma administrativa e o referido cargo foi extinto. Nessa situação, Sérgio será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até que seja aproveitado em outro cargo cujas atribuições e vencimentos sejam compatíveis com os do cargo anteriormente ocupado.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1. (AFRF – 2005 – ESAF) Assinale, entre as entidades abaixo, aquela que não se submete à responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

- a) FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- b) Caixa Econômica Federal
- c) ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
- d) Rede Globo de Televisão
- e) TELEMAR

2. (TRF 2006 – ESAF) A responsabilidade civil objetiva, da Administração Pública, compreende os danos causados aos particulares, até mesmo:

- a) Sem haver culpa ou dolo do seu agente, pelo ato ou fato danoso.
- b) Quando houver culpa do respectivo paciente.
- c) Sem nexos causal entre o ato ou fato e o dano.
- d) Quanto aos atos predatórios de terceiros e fenômenos naturais.
- e) Quando seu agente não agiu nessa condição, ao causar o dano.

3. (AFRF – 2003 – ESAF) Em caso de responsabilidade civil do Estado, a divergência sobre a inserção do agente público causador do dano a terceiros, em caso de culpa, na ação judicial, em relação à Fazenda Pública, foi dirimida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, na esfera federal. Pela regra positiva, será caso de:

- a) Ação regressiva ou litisconsórcio.
- b) Ação regressiva ou denunciação à lide.
- c) Somente ação regressiva.
- d) Litisconsórcio ou denunciação à lide.
- e) Somente denunciação à lide.

4. (AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS/AM – NCE/UFRJ – 2005) A Constituição prevê a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de Direito Público e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado, prestadoras de serviços públicos, independentemente da comprovação de culpa ou dolo. A teoria adotada na Constituição para disciplinar a responsabilidade do Estado, denomina-se:

- a) Culpa integral.
- b) Risco administrativo.
- c) Subjetiva.
- d) Culpa administrativa.
- e) Culpa anônima.

5. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre a responsabilidade do Estado, analise as afirmativas a seguir:

I- A culpa concorrente da vítima, de acordo com as regras atuais, exclui a responsabilidade do Estado.

II- Aplica-se a teoria do risco administrativo para definir a responsabilidade do Estado por dano resultante da atividade administrativa desenvolvida pelo Poder Judiciário.

III- A ação indenizatória contra o Estado é imprescritível.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

6. (TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir:

I- O Estado, como regra, não responde por danos resultantes da sua atividade jurisdicional.

II- O Estado poderá cobrar regressivamente do seu agente nos casos de culpa ou dolo.

III- Os concessionários de serviços públicos responderão objetivamente por danos causados por seus agentes.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma.

7. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre as normas constitucionais relativas à Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar:

a) Somente as Pessoas Jurídicas de Direito Público prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos causados por seus agentes.

b) A responsabilidade do agente público é subjetiva, estando condicionada à efetiva comprovação de culpa ou dolo.

c) como regra, o Estado responde por danos decorrentes da atividade típica desenvolvida pelo Poder Legislativo.

d) O Estado não pode cobrar regressivamente do agente público causador do dano.

e) A teoria adotada na Constituição para disciplinar a responsabilidade do Estado denomina-se “teoria da culpa administrativa”.

8. (DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – 2000 - NCE/UFRJ) Várias teorias foram adotadas, em épocas diferentes, para disciplinar a responsabilidade patrimonial do Estado. Uma das teorias tem como fundamento a “falta do serviço”, quando o dano é resultante de um serviço público que não funciona, quando deveria funcionar, funciona de forma atrasada, ou funciona mal. Essa etapa, na evolução da responsabilidade do Estado, denomina-se:

- a) irresponsabilidade do Estado.
- b) responsabilidade civilista.
- c) teoria da Culpa Administrativa.
- d) teoria do Risco Integral.
- e) teoria do Risco Administrativo.

9. (PAPILOSCOPISTA DA POLICIA FEDERAL - 2004 - CESPE/UNB) Julgue o item seguinte:

A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores, e, tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor ou o sucessor, perante a fazenda pública, em ação regressiva.

10. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB)

Julgue o item seguinte:

A ação regressiva da administração pública contra o agente público causador direto de dano a particular, indenizado pela administração por força de condenação judicial, extingue-se, não se transmitindo aos herdeiros, no caso de falecimento desse agente.

11. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO STJ – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o item seguinte:

A responsabilidade subjetiva obriga o autor de procedimento culposos ou dolosos, contrário ao direito e causador de dano a outrem, a indenizar o prejudicado.

12. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o item seguinte:

A responsabilidade da administração direta é sempre objetiva.

ATOS ADMINISTRATIVOS

1. (AFRF – 2005 – ESAF) Analise o seguinte ato administrativo:

O Governador do Estado Y baixa Decreto declarando um imóvel urbano de utilidade pública, para fins de desapropriação, para a construção de uma cadeia pública, por necessidade de vagas no sistema prisional.

Identifique os elementos desse ato, correlacionando as duas colunas.

- | | |
|--|-----------------|
| 1- Governador do Estado | () finalidade |
| 2- Interesse Público | () forma |
| 3- Decreto | () motivo |
| 4- Necessidade de vagas no sistema prisional | () objeto |
| 5- Declaração de utilidade pública | () competência |

- a) 4/3/5/2/1
- b) 4/3/2/5/1
- c) 2/3/4/5/1
- d) 5/3/2/4/1
- e) 2/3/5/4/1

2. (AFRF – 2005 – ESAF) Em relação à invalidação dos atos administrativos, é incorreto afirmar que:

- a) A anulação pode se dar mediante provocação do interessado ao Poder Judiciário.
- b) A revogação tem os seus efeitos *ex nunc*.
- c) Tratando-se de motivo de conveniência ou oportunidade, a invalidação dar-se-á por revogação.
- d) Anulação e revogação podem incidir sobre todos os tipos de ato administrativo.
- e) Diante do ato viciado, a anulação é obrigatória para a Administração.

3. (TRF – 2006 – ESAF) O ato administrativo – para cuja prática a Administração desfruta de uma certa margem de liberdade, porque exige do administrador, por força da maneira como a lei regulou a matéria, que sofresse as circunstâncias concretas do caso, de tal modo a ser inevitável uma apreciação subjetiva sua, quanto à melhor maneira de proceder, para dar correto atendimento à finalidade legal – classifica-se como sendo:

- a) Complexo.
- b) De império.
- c) De gestão.
- d) Discricionário.
- e) Vinculado.

4. (AFRF – 2003 – ESAF) Conforme a doutrina, o ato administrativo, quando concluído seu ciclo de formação e estando adequado aos requisitos de legitimidade, ainda não se encontra disponível para eclosão de seus efeitos típicos, por depender de um termo inicial ou de uma condição suspensiva, ou autorização, aprovação ou homologação, a serem manifestados por uma autoridade controladora, classifica-se como:

- a) Perfeito, válido e eficaz.
- b) Perfeito, válido e ineficaz.
- c) Perfeito, inválido e eficaz.
- d) Perfeito, inválido e ineficaz.
- e) Imperfeito, inválido e ineficaz.

5. (AFRF – 2003 – ESAF) O denominado poder extroverso do Estado ampara o seguinte atributo do ato administrativo:

- a) Imperatividade.
- b) Presunção de legitimidade.
- c) Exigibilidade.
- d) Tipicidade.
- e) Executoriedade.

6. (AGU – 1998 – ESAF) A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tríplice e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo:

- a) Complexo.
- b) Composto.
- c) Bilateral.
- d) Discricionário.
- e) Multilateral.

7. (AFRF – 2000 – ESAF) O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, cujas vontades se unem para formar um ato único, denomina-se:

- a) Ato singular.
- b) Ato procedimental.
- c) Ato duplo.
- d) Ato complexo.
- e) Ato composto.

8. (ANALISTA JUDICIÁRIO – TRT 22ª – 2005 – FCC) No dia 13 de agosto de 2004, por meio de alvará, a Administração Pública concedeu autorização a Elisabete para utilizar privativamente determinado bem público. No dia seguinte, revogou referido ato administrativo, alegando, para tanto, a necessidade de utilização pública do bem. Posteriormente, no dia 15 de agosto do mesmo ano, sem que a Administração tenha dado qualquer destinação ao bem em questão, autorizou Marcos Sobrinho a utilizá-lo privativamente. Referida atitude comprovou que os pressupostos fáticos da revogação eram inexistentes. Diante do fato narrado, Elisabete:

- a) Terá que acatar a decisão da Administração Pública, já que a autorização é ato unilateral, vinculado e precário.
- b) Nada poderá fazer, uma vez que a autorização é ato administrativo bilateral, discricionário e precário.
- c) Somente poderá pleitear indenização, em ação judicial, pelos prejuízos porventura suportados.
- d) Poderá pleitear a invalidação da revogação, em virtude da teoria dos motivos determinantes.
- e) Poderá requerer, junto à Administração Pública, a invalidação da revogação, em razão do instituto da “Verdade Sabida”.

9. (ANALISTA JUDICIÁRIO – TRT 22ª – 2005 – FCC) O órgão da prefeitura responsável pela fiscalização de bares e restaurantes verificou, em visita de rotina que um estabelecimento estava servindo aos seus clientes alimentos com data de validade expirada. Tendo em vista tal fato, confiscou imediatamente referidos produtos e os incinerou. O atributo do ato administrativo que possibilitou a apreensão dos gêneros alimentícios em questão pela Administração Pública, sem a necessidade de intervenção judicial denomina-se:

- a) Legalidade.
- b) Eficiência.
- c) Imperatividade.
- d) Autoexecutoriedade.
- e) Presunção de veracidade.

10. (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (ADM. GERAL) – TCE/SP – 2005 – FCC) A Administração Pública:

- I- Pode praticar atos que a lei a autorize ou determine.
- II- Pode praticar todos os atos que lei não a proíba.
- III- Deve anular ato administrativo, quando inconveniente ou importuno.
- IV- Pode revogar ato administrativo, se inconveniente ou inoportuno.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I e IV.
- e) I e III

11. (PROCURADOR GERAL DO ESTADO/SE – 2005 – FCC) A doutrina administrativa costuma afirmar que a Administração não pode revogar os atos administrativos vinculados. A razão adequada para tal afirmativa seria o fato de:

- a) A revogação desses atos poder ser feita apenas pelo Poder Judiciário.
- b) Não estarem presentes nos atos vinculados os aspectos de conveniência e oportunidade.
- c) Revestirem-se esses atos de presunção de legalidade.
- d) Revestirem-se esses atos de autoexecutoriedade.
- e) Os atos vinculados serem atos que produzem efeitos imediatos, exaurindo-se de plano.

12. (PROCURADOR BACEN – 2006 – FCC) Consoante conceitos estabelecidos na doutrina e na jurisprudência nacionais, a revogação, por decisão jurisdicional, de um ato administrativo, praticado pelo Poder Executivo:

- a) É possível, desde que se fundamente no mérito do ato.
- b) É possível, desde que a ação respectiva, apontando a ilegalidade do ato, haja sido ajuizada pelo próprio Poder Executivo.
- c) É possível, desde que a Administração não haja se pronunciado sobre a matéria em processo administrativo.
- d) É possível, desde que envolva questão de inconstitucionalidade do ato.
- e) Não é possível.

13. (PROCURADOR BACEN – 2006 – FCC) Da aplicação da teoria dos motivos determinantes decorre a:

- a) invalidação de um ato administrativo, caso seus motivos explicitados não correspondam à realidade, ainda que não se exigisse, no caso, motivação.
- b) obrigatoriedade de que todos os atos administrativos sejam motivados.
- c) possibilidade de que autoridade hierarquicamente superior avoque a motivação de um ato administrativo praticado por subordinado seu.
- d) caracterização dos atos administrativos, cujos motivos sejam predeterminados pela lei, como atos vinculados.
- e) impossibilidade de apreciação judicial quanto aos motivos escolhidos discricionariamente pelo administrador, ao praticar um ato administrativo.

14. (PROCURADOR BACEN – 2006 – FCC) É consequência da autoexecutoriedade dos atos administrativos a:

- a) Impossibilidade de sua anulação pelo Poder Judiciário.
- b) Impossibilidade de sua revogação pela própria Administração.
- c) Sua exeqüibilidade por agentes administrativos, independentemente da aquiescência de outro Poder.
- d) Configuração da coisa julgada administrativa.
- e) Possibilidade de seu controle pela própria Administração.

15. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 17ª – 2004 – FCC) No que se refere à anulação dos atos administrativos considere:

I- A anulação decorre da ilegalidade, sendo competente para praticá-la a Administração Pública e o Poder Judiciário, gerando efeitos *ex tunc*.

II- Enquanto a revogação pode ser praticada pela Administração e o pelo Poder Judiciário, a anulação é privativa deste último, gerando efeitos *ex tunc* e *ex nunc*, respectivamente.

III- O Poder Judiciário é competente para anular e revogar, a Administração Pública só para revogar, sendo que em todos os casos os efeitos serão *ex nunc*.

IV- A revogação e a anulação geram efeitos *ex nunc*, sendo essas duas espécies de anulação de competência da Administração Pública.

V- A revogação é ato privativo da Administração Pública decorrente de conveniência e oportunidade, gerando efeitos *ex nunc*.

Está correto SOMENTE o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) I e V.
- c) II e V.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

16. (ANALISTA JUDICIÁRIO – TRT 23ª – (ÁREA JUDICIÁRIA) – 2005 – FCC) A pena de suspensão de Zeus Júnior, servidor público do Tribunal Superior do Trabalho, não estável, pelo prazo de 15 dias, convertida em multa, será tida como legítima, até prova em contrário:

- a) Por ser autoexecutável, como um dos requisitos intrínsecos do ato.
- b) Por ser ou não o correspondente ato portador do elemento denominado motivo.
- c) Em face de ter observado a forma como atributo do ato.
- d) Em decorrência do atributo denominado presunção de legitimidade.
- e) Desde que corresponda a figuras definidas previamente pela lei, como um dos elementos do ato.

17. (ANALISTA JUDICIÁRIO – TRT 23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) No que diz respeito à extinção dos atos administrativos, considere:

I- Em decorrência da nova lei de zoneamento do Município de Caldeira do Alto, o ato de permissão de uso de bem público imóvel destinado à exploração de parque de diversões, tornou-se incompatível com aquele tipo de uso.

II- Quando o destinatário descumprir condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica, a exemplo da licença para funcionamento de um restaurante, que posteriormente converteu-se em casa de jogos clandestinos.

Estas situações que acarretam a extinção do ato administrativo mediante retirada correspondem, respectivamente, à:

- a) Convalidação e renúncia.
- b) Contraposição e revogação.
- c) Anulação e contraposição.
- d) Caducidade e cassação.
- e) Invalidação e cassação.

18. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Assinale a alternativa que indica características e efeitos da anulação de um ato administrativo como forma de Controle da Administração Pública:

- a) A anulação pode ser feita pela Administração e pelo Poder Judiciário, incide, em princípio, somente sobre atos discricionários e seus efeitos vão retroagir à data em que o ato foi praticado.
- b) A anulação pode ser feita somente pela Administração, incide, como regra, sobre atos discricionários e vinculados e seus efeitos não retroagem *ex nunc*.
- c) A anulação pode ser feita somente pela Administração Pública, incide, em princípio, sobre atos administrativos discricionários e seus efeitos não retroagem.
- d) A anulação pode ser feita pela Administração e pelo Poder Judiciário, incide sobre atos vinculados e discricionários e retroage à data da prática do ato.
- e) A anulação pode ser feita somente pela Administração, incide sobre atos vinculados e discricionários e seus efeitos vão retroagir à data em que o ato foi praticado.

19. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) De acordo com as diversas espécies de atos administrativos, os avisos e portarias devem ser considerados atos:

- a) Enunciativos.
- b) Negociais.
- c) Normativos.
- d) Punitivos.
- e) Ordinatórios.

20. (TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO/AM – 2005 – NCE/UFRJ) De acordo com as diversas espécies de atos administrativos, o parecer administrativo é considerado ato:

- a) Negocial.
- b) Ordinatório.
- c) Enunciativo.
- d) Normativo.
- e) Punitivo.

21. (TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO/AM – 2005 – NCE/UFRJ) O ato administrativo praticado sem a utilização da supremacia da Administração Pública sobre o particular denomina-se:

- a) Ato de império.
- b) Ato de gestão.
- c) Ato geral.
- d) Ato complexo.
- e) Ato composto.

22. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) Os atos administrativos são aqueles praticados exclusivamente por órgãos do Poder Executivo no desempenho da função administrativa do Estado;
- b) A Administração Pública tem a obrigação de comprovar a veracidade dos seus atos administrativos;
- c) O controle parlamentar sobre a Administração Pública permite aos órgãos do Poder Legislativo anular ou revogar atos praticados pela Administração Pública;
- d) Através da teoria dos motivos determinantes, a Administração Pública pode controlar os atos administrativos motivados, verificando a compatibilidade das razões de fato apresentadas com a realidade e as razões de direito com a lei;
- e) Todo ato administrativo será motivado sob pena de nulidade.

23. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Levando-se em consideração os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir enumeradas:

I- Como regra, a observância da forma prevista na lei é essencial para validade do ato administrativo, não sendo aplicável para a Administração Pública o princípio da liberdade das formas existentes no Direito Privado.

II- A Administração Pública sempre poderá valorar os critérios de conveniência e oportunidade na escolha do objeto do ato administrativo.

III- Denomina-se motivo o elemento do ato administrativo que corresponde ao pressuposto de fato e de direito para a prática do ato.

É(são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) I e III.

24. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Os atos administrativos são agrupados em espécies em razão de suas características em comum. Uma dessas espécies trata dos atos administrativos praticados pela Administração Pública com a finalidade de disciplinar seu funcionamento interno e a conduta de seus agentes. Tais atos são denominados:

- a) Atos de gestão.
- b) Atos de expediente.
- c) Atos gerais.
- d) Atos disciplinares.
- e) Atos ordinatórios.

25. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) Sobre as formas de extinção do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

I- A revogação reflete o poder discricionário da Administração Pública e vai produzir efeitos retroativos, extinguindo o ato a partir de sua edição.

II- O Poder Judiciário pode revogar e anular atos administrativos praticados por órgãos de outro poder.

III- Na anulação do ato administrativo deverá ser respeitado o direito adquirido.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) nenhum.

26. (ANTT – 2005 – NCE/UFRJ) Levando-se em consideração os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

I- Os atos administrativos, como regra, podem ser praticados de forma livre, desde que a lei não exija determinada solenidade como sendo essencial.

II- A Administração Pública sempre poderá valorar os critérios de conveniência e oportunidade na escolha do objeto do ato administrativo.

III- Denomina-se motivo o elemento do ato administrativo que corresponde ao pressuposto de fato e de direito que justificam a prática do ato.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é (são) somente:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

27. (ANTT – 2005 – NCE/UFRJ) Os atos administrativos praticados pela Administração Pública sem a necessidade do uso da supremacia estatal são denominados:

- a) Atos de gestão.
- b) Atos de expediente.
- c) Atos gerais.
- d) Atos individuais.
- e) Atos vinculados.

28. (ANTT – 2005 – NCE/UFRJ) Sobre as formas de extinção do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

I- A revogação não produz efeitos retroativos.

II- O Poder Judiciário pode revogar e anular atos administrativos praticados por órgãos de outro poder.

III- A Administração Pública, ao promover a anulação de um ato administrativo, deve respeitar os direitos dele decorrentes.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I.
- b) II.
- c) III.

- d) I e II.
- e) I e III.

29. (ANTT – 2005 – NCE/UFRJ) Os atos administrativos são agrupados em espécies, de acordo com suas características. Através da autorização, a Administração Pública torna possível, ao particular, a realização de certa atividade ou serviço. De acordo com as diversas espécies de atos administrativos, a autorização é considerada ato:

- a) Enunciativo.
- b) Negocial.
- c) Ordinatório.
- d) Geral.
- e) Normativo.

30. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) Sobre a extinção dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

I- A revogação é ato discricionário da Administração Pública.

II- Em princípio, somente os atos discricionários podem ser revogados.

III- O Poder Judiciário pode revogar e anular atos administrativos praticados por órgãos de outro poder.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma.

31. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) São atos administrativos de gestão:

- a) Aqueles praticados pela Administração Pública usando de sua supremacia em relação aos administrados.
- b) Aqueles praticados usando as normas de Direito Internacional Público.
- c) Os que viabilizam os contratos de concessão celebrados pelo Poder Público.
- d) Aqueles celebrados pela Administração Pública sem usar de sua supremacia em relação aos administrados.
- e) Aqueles praticados de acordo com as normas de Direito Privado.

32. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) De acordo com a divisão dos atos administrativos em espécies, a permissão de uso de bem público é considerada ato:

- a) Enunciativo.
- b) Ordinatório.
- c) Negocial.
- d) Normativo.
- e) Punitivo.

33. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) São atributos do ato administrativo:

- a) Motivo, objeto e impenhorabilidade.
- b) Presunção de legitimidade, discricionariedade e impenhorabilidade;
- c) competência, finalidade e forma.
- d) Presunção de legitimidade, imperatividade e executoriedade (autoexecutoriedade).
- e) Discricionariedade, imperatividade e coercibilidade.

34. (PAPILOSCOPISTA DA POLICIA FEDERAL – 2004 – CESPE/UNB)

Julgue o item a seguir:

Autorização é uma espécie de ato administrativo que se baseia no poder de polícia do Estado. É ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração faculta ao particular o uso privativo de bem público, ou o desempenho de atividade material, ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido, e cujo exemplo clássico é o porte de arma.

35. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB)

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos atos administrativos.

I- Ato complexo é o ato que se aperfeiçoa pela manifestação da vontade de dois órgãos, sendo a vontade de um instrumental em relação à vontade do outro, que edita o ato principal.

II- A discricionariedade do ato administrativo decorre da possibilidade legal de a administração pública poder escolher entre mais de um comportamento, desde que avaliados os aspectos de conveniência e oportunidade.

36. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO STJ – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os itens subseqüentes:

I- Enquanto os atos administrativos são passíveis de anulação e revogação, de acordo com a ordem jurídica, os fatos da administração gozam de presunção de legitimidade e se enquadram nos ditames da discricionariedade.

II- O motivo e a motivação do ato administrativo são o móvel ou a intenção do agente que praticou o ato subjetivo e internamente.

37. (PAPILOSCOPISTA DA POLÍCIA FEDERAL – 2000 – CESPE/UNB)

Julgue os itens subseqüentes:

I- Quando a lei admite que a autoridade administrativa pratique ato administrativo com base no poder discricionário, a autoridade poderá estabelecer a competência para a prática do ato.

II- Se o Tribunal de Contas da União constatar o cometimento de ato ilegal por parte de órgão federal, poderá determinar-lhe a imediata revogação do ato, sem prejuízo da responsabilização daqueles que lhe deram causa; nesses casos de ilegalidade, o Ministério Público também pode ajuizar ação para a supressão do ato.

38. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Com relação aos atos da administração, julgue os seguintes itens.

I- Todo ato administrativo exige motivação, sob pena de invalidade, podendo esta ser declarada pela autoridade hierárquica superior.

II- A autoexecutoriedade, atributo inerente aos atos administrativos, só não está presente quando vedada expressamente por lei.

III- Um decreto que produza efeitos gerais somente pode ser editado em caráter regulamentar.

IV- A anulação de ato administrativo, por mais evidente que seja o vício, quando afeta direito de terceiro, deve ser precedida de contraditório.

V- Atos administrativos ilegais estão sujeitos à convalidação quando não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, ainda quando inexistente o motivo do ato.

LICITAÇÃO PÚBLICA

1. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) Entre as opções a seguir, marque aquela apta a justificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação.

- a) Casos de aquisição de bens junto a representante comercial exclusivo, caracterizando inviabilidade de competição.
- b) Casos de contratação em ocasiões de grave perturbação da ordem.
- c) Casos em que caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
- d) Casos de contratação de remanescente de serviço, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- e) Casos de contratação de prestação de serviços com organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

2. (PROCURADOR FAZENDA – 2004 – ESAF) Sobre as modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- a) O Pregão, por ser modalidade que não está inserida entre as previstas na Lei nº 8.666, de 1993 (que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios), somente pode ser utilizado, na sistemática atual, pela União.
- b) Nos casos em que couber a Concorrência, a Administração sempre poderá utilizar a Tomada de Preços; a recíproca, contudo, não é verdadeira.
- c) A Lei nº 8.666, ao disciplinar a modalidade Concurso, estabelece normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para a seleção de candidatos à ocupação de cargos e empregos públicos.
- d) O Convite é modalidade de licitação da qual somente podem participar licitantes previamente cadastrados pela Administração.
- e) A Lei nº 8.666 veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.

3. (PROCURADOR FAZENDA – 2004 – ESAF) Especificamente quanto à modalidade de licitação denominada Pregão, assinale a opção incorreta.

- a) Tal modalidade somente é cabível para aquisição de bens ou contratação de serviços considerados comuns.
- b) É possível, em tal modalidade, a realização de licitação por meio eletrônico, conforme regulamentação específica.
- c) Em tal modalidade de licitação, é possível a apresentação não apenas de propostas escritas, mas também de lances verbais.
- d) Em tal modalidade de licitação, primeiro se promove o exame dos requisitos de habilitação dos licitantes, para somente após passar à fase de avaliação das propostas de preços.
- e) Aplicam-se apenas subsidiariamente, para a modalidade Pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 1993.

4. (AFC/STN – 2005 – ESAF) A modalidade de licitação “pregão”, instituída pela Lei Federal nº 10.520/2002, destina-se a:

- a) Contratação de obras, serviços e compras de pequeno valor.
- b) Aquisição de bens de uso permanente.
- c) Contratação de serviços continuados.
- d) Aquisição de bens e serviços e contratação de obras de reforma.
- e) Aquisição de bens e serviços comuns.

5. (AFC/CGU (AUDITORIA) – 2006 – ESAF) Na hipótese da contratação direta, com dispensa de licitação, em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, o contrato decorrente:

- a) Tem prazo máximo de duração de 360 dias.
- b) Tem prazo máximo de duração de 180 dias, vedada a sua prorrogação.
- c) Tem prazo máximo de duração de 180 dias, permitida uma única prorrogação.
- d) Tem prazo máximo de duração de 120 dias, vedada a sua prorrogação.
- e) Tem prazo máximo de 360 dias, podendo ser prorrogado se persistir a situação de emergência.

6. (AFC/CGU (AUDITORIA) – 2006 – ESAF) Não se considera pressuposto necessário ao procedimento licitatório, para obras e serviços, nos termos da legislação respectiva:

- a) Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
- b) Haver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar da licitação.
- c) Haver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da obra ou serviço a serem executadas no exercício financeiro em curso, conforme o cronograma.
- d) Que o produto esteja previsto no respectivo Plano Plurianual, quando for o caso.
- e) Haver projeto executivo, com o detalhamento técnico das atividades a serem realizadas pelos contratados.

7. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) Um hospital público federal pretende comprar um equipamento de exame clínico, necessário às suas atividades. Ocorre que esse equipamento é fabricado no exterior, não tem similar nacional, e, apenas uma empresa representa, no Brasil, com exclusividade, o fabricante.

Nessa hipótese, o hospital:

- a) Está obrigado a realizar licitação para compra do equipamento.
- b) Pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de dispensa de licitação.
- c) Não pode comprar o equipamento em face da impossibilidade de competição.
- d) Pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de inexigibilidade de licitação.
- e) Deve solicitar uma autorização especial ao Tribunal de Contas da União para realizar a aquisição.

8. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) Em face da Lei de Licitações (Lei nº 8.666, de 1993, e respectivas alterações), é correto afirmar:

I- A licitação do tipo *técnica e preço* deve ser utilizada, exclusivamente, para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.

II- Em caso de calamidade pública, a aquisição de bens, com dispensa de licitação, é limitada ao necessário para atendimento da situação calamitosa.

III- Instituição brasileira de pesquisa pode ser contratada com dispensa de licitação, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional, não tenha fins lucrativos e o objeto contratado seja efetivamente relacionado à pesquisa.

IV- A contratação de profissional de notória especialização, para fins de restauração de obra de arte, configura hipótese de inexigibilidade de licitação.

V- A contratação de serviços de publicidade e divulgação se inclui entre as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Estão corretas:

- a) As afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) Apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- c) Apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- d) Apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- e) Apenas as afirmativas I, II, III e V.

9. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) A licitação, regulada pela Lei nº 8.666/1993, destina-se a garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar propostas de preços mais baratos, para a Administração contratar compras, obras e serviços, devendo ser processada e julgada com observância da impessoalidade, igualdade e publicidade, entre outros.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque a licitação destina-se a selecionar proposta mais vantajosa para a Administração, ainda que eventualmente não seja a mais barata.
- c) Incorreta, porque o sigilo da licitação afasta a observância do princípio da publicidade.
- d) Incorreta, porque a exigência de habilitação prévia afasta a observância do princípio da impessoalidade.
- e) Incorreta, porque a exigência de condições passíveis de valorar propostas afasta a incidência do princípio da igualdade.

10. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) A modalidade de licitação, apropriada para a aquisição de bens e serviços, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser, objetivamente, definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, é:

- a) A carta convite.
- b) A tomada de preços.
- c) A concorrência.
- d) O leilão.
- e) O pregão.

11. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) A existência do sistema de registro de preços, previsto na lei de licitações (Lei nº 8.666/1993), para a compra de bens, destinados ao serviço público:

- a) Deve seu quadro ter validade de até 2 (dois) anos.
- b) Deve ter seu quadro publicado, uma vez por ano, até o final do primeiro trimestre.
- c) Não se aplica, nos casos de contratações diretas, sem licitação.
- d) Obriga a contratação pela Administração dos que deles poderão advir.
- e) Pode ter seus preços impugnados, por qualquer cidadão, quando incompatíveis com os praticados no mercado.

12. (TÉCNICO DO MPU – 2004 – ESAF) A modalidade de licitação cabível, por previsão expressa de lei, gera a alienação de bens imóveis, qualquer que seja o seu valor, mas, a depender da forma pela qual forem adquiridos, é:

- a) A tomada de preço ou a concorrência.
- b) A tomada de preço ou o leilão.
- c) A concorrência ou o pregão.
- d) A concorrência ou o leilão.
- e) O pregão ou o leilão.

13. (AGENTE EXECUTIVO SUSEP – 2006 – ESAF) Para habilitação dos licitantes, no caso de pregão, não será exigida documentação relativa à:

- a) Habilitação jurídica.
- b) Garantia da proposta.
- c) Qualificação econômico-financeira.
- d) Regularidade fiscal.
- e) Qualificação técnica.

14. (ANALISTA TÉCNICO SUSEP – 2006 – ESAF) A nulidade do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade insanável, induz também à do contrato dele decorrente, o que opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, exonerando a Administração de indenizar o que porventura haja sido executado.

- a) Correta esta assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque a nulidade da licitação não acarreta a do contrato.
- c) Incorreta a assertiva, porque a celebração do contrato supera eventual nulidade ocorrida na licitação.
- d) Incorreta a assertiva, porque o pactuado no contrato tem que ser inteiramente cumprido.
- e) Incorreta a assertiva, porque a nulidade da licitação e a do contrato dela decorrente, não exonera a Administração de indenizar o que foi efetivamente executado.

15. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Objetivando a aquisição de determinados bens móveis, o executivo municipal da cidade de Monte Angelino abriu processo licitatório. Nenhum interessado apresentou-se para participar do certame. Analisando o ocorrido, o prefeito constatou que a realização de nova licitação seria prejudicial ao município, em face dos novos e elevados gastos. Em virtude dos fatos narrados.

- a) A licitação será dispensada em virtude da inviabilidade de competição, podendo os bens móveis serem adquiridos diretamente mediante autorização legislativa.
- b) O objeto da licitação deserta poderá ser contratado diretamente, desde que justificada a impossibilidade de nova licitação, mantidas todas as condições constantes do instrumento convocatório.
- c) Restará inexigível a licitação, desde que demonstrada a inviabilidade de competição e a aquisição dos bens móveis ainda seja necessária.
- d) O objeto da licitação fracassada somente poderá ser adquirido no exercício financeiro seguinte.
- e) A licitação deverá ser suspensa até que o município reúna os recursos necessários para a sua continuação.

16. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Empresa pública federal abriu licitação com a finalidade de aquisição de refrigeradores, para a qual diversos licitantes previamente cadastrados apresentaram suas propostas. A empresa DD Comércio e Representações Ltda. apresentou a documentação exigida para seu cadastramento no quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, além de ter ofertado o objeto da licitação pelo montante de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais). Por ser de menor preço o tipo da licitação, essa foi a proposta vencedora. Na presente situação, a modalidade de licitação utilizada pela empresa pública federal denomina-se:

- a) Tomada de preços.
- b) Convite.
- c) Concurso.
- d) Concorrência.
- e) Leilão.

17. (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TCE/SP – 2005 – FCC) Para efeito da habilitação nas licitações modalidade Concorrência e Tomada de Preços, constitui documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos como objeto da licitação, com a indicação das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- c) Garantia limitada a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da contratação.
- d) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

18. (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (ADM. GERAL) – TCE/SP – 2005 – FCC) No âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, poderá ser adotada a modalidade de licitação denominada Pregão APENAS para:

- a) Serviços comuns cujo valor estimado da contratação seja inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- b) Qualquer aquisição de bens, independentemente do valor estimado da contratação.
- c) Aquisição de bens e serviços comuns, cujo valor estimado da contratação seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- d) Aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado, cujo valor estimado da contratação seja inferior ou igual a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- e) Aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado, independentemente do valor estimado da contratação.

19. (PROCURADOR GERAL DO ESTADO/SE – 2005 – FCC) Considere as seguintes hipóteses de contratações por parte da Administração Pública:

I- Contratação de empresa com notória especialização, para prestação de serviços técnicos de divulgação, no valor de R\$ 50.000,00, apontando a Administração a singularidade do serviço.

II- Contratação de obra, no valor de R\$ 25.000,00, por sociedade de economia mista.

III- Contratação, pela União, com o objetivo de intervir na economia para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Essas são, respectivamente, em relação à licitação, hipóteses típicas de:

- a) Convite, dispensa e dispensa
- b) Inexigibilidade, convite e inexigibilidade
- c) Inexigibilidade, dispensa e inexigibilidade
- d) Dispensa, convite e dispensa
- e) Convite, convite e dispensa

20. (PROCURADOR BACEN – 2006 – FCC) Configura hipótese de dispensa de licitação:

a) O fato de não acudirem interessados à licitação, caso em que, havendo interesse público, podem ser alteradas as condições do edital que tenham se mostrado impróprias, procedendo-se à contratação direta.

b) A contratação de associação ou empresa de portadores de deficiência física, de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

c) A aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que venha a ser criado para esse fim específico.

d) A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, caso em que pode a Administração escolher livremente o novo contratado, desde que aceitas as mesmas condições do contrato rescindido.

e) A necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normatizar o abastecimento.

21. (ANALISTA BACEN – 2006 – FCC) A Administração Pública Federal pretende contratar dupla sertaneja consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, através do empresário exclusivo desta, para cantar o Hino Nacional Brasileiro na festa de comemoração da independência do Brasil em Brasília. Considerando as normas estabelecidas na legislação pertinente à licitação, tal contratação:

- a) não depende de licitação, por tratar-se de hipótese de dispensa
- b) depende de licitação, na modalidade concorrência
- c) não depende de licitação, por tratar-se de hipótese de inexigibilidade
- d) depende de licitação, na modalidade tomada de preço
- e) depende de licitação, na modalidade convite

22. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 17º – 2004 – FCC) No processo licitatório, qualquer modificação no edital:

- a) Exige a comunicação expressa e formal aos licitantes, para que dentro do prazo de 8 dias úteis, adaptem suas propostas à nova condição exigida.
- b) É vedada, exceto mediante expressa concordância de todos os licitantes, e desde que efetivada até 5 dias úteis antes da data limite para a entrega das propostas.
- c) Exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, observada a exceção legal.
- d) Não poderá alterar as condições originais constantes no edital, após a publicação, devendo, a Administração, se for o caso, anular o procedimento licitatório.
- e) Só será legítima, quando efetivada até 5 dias antes da data designada para abertura das propostas, e desde que presente o interesse público, devidamente justificado.

23. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA JUDICIÁRIA) – 2005 – FCC) Nas condições a serem observadas para a elaboração das propostas de preços numa licitação, na modalidade de concorrência, o edital estabeleceu para pagamento, o prazo mínimo de 30 dias, contado a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Como umas das licitantes apresentou em sua proposta, como condição de pagamento, o prazo mínimo de 15 dias e máximo de 30 dias, contado a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, essa licitante deverá ser:

- a) Inabilitada, por não ter acatado as determinações emanadas do princípio da impessoalidade
- b) Desclassificada, por não ter observado o princípio da vinculação ao edital
- c) Punida com impedimento de participar de licitação pelo prazo de até 1 ano, por não observar o julgamento objetivo do edital
- d) Desqualificada, por infringir as determinações pertinentes aos princípios da legalidade e impessoalidade
- e) Desabilitada, em decorrência da não observância aos ditames correspondentes aos princípios da eficiência e indisponibilidade do interesse público

24. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA JUDICIÁRIA) – 2005 – FCC) Ao ser aberta a sessão pública da licitação na modalidade pregão, pelo critério de menor preço, tendo como objeto o fornecimento parcelado, no decorrer de 12 meses, de 10000 pacotes de papel sulfite modelo a4, contendo 500 folhas cada, na medida de 210x297 mm, foram apresentadas as seguintes propostas:

Distribuidora ABC Ltda.	R\$92.500,00
Comércio de Materiais Floriano Ltda.	R\$ 83.000,00
Dinalecta Atacado e Varejo Ltda.....	R\$ 91.200,00
Santos & Santos Distribuição	R\$ 91.850,00
Dinorah e Souza Ltda.	R\$ 89.500,00
Campo Grande Materiais e Serviços ME	R\$ 90.600,00

Diante desses fatos, poderão fazer novos lance verbais e sucessivos SOMENTE as empresas:

- a) Distribuidora ABC Ltda., Comércio de Materiais Floriano Ltda. e Dinalecta Atacado e Varejo Ltda.
- b) Dinalecta Atacado e Varejo Ltda., Comércio de Materiais Floriano Ltda. e Santos & Santos Distribuição.
- c) Comércio de Materiais Floriano Ltda., Dinalecta Atacado e Varejo Ltda., Dinorah e Souza Ltda. e Campo Grande Materiais e Serviços ME.
- d) Comércio de Materiais Floriano Ltda., Dinorah e Souza Ltda. e Santos & Santos Distribuição.
- e) Santos & Santos Distribuição, Dinalecta Atacado e Varejo Ltda. e Campo Grande Materiais e Serviços ME.

25. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA JUDICIÁRIA) – 2005 – FCC) Ao ser realizado o procedimento licitatório, a autoridade competente não observou o prazo de 5 dias úteis para recurso em face do ato de julgamento das propostas, homologando-o. Em decorrência desse fato, o ato de homologação:

- a) Deverá ser anulado pela Administração, mas também poderá ser anulado pelo Poder Judiciário, produzindo o correspondente ato de invalidação efeito retroativo.
- b) Poderá ser revogado pela Administração como também pelo Poder Judiciário, cujos efeitos da invalidação nunca retroagem.
- c) Somente poderá ser anulado pelo Poder Judiciário, mediante provocação do interessado, produzindo o ato de invalidação efeitos para o futuro.
- d) Poderá ser anulado pela Administração ou pelo Tribunal de Contas competente; sendo que essa invalidação acarretará efeitos para o futuro.
- e) Poderá ser revogado pela Administração ou pelo Poder Judiciário, gerando sempre essa invalidação efeito retroativo à origem do vício.

26. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) No que se refere às modalidades de licitações, observe:

- I- Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços.
- II- Quando for pertinente a modalidade de tomada de preços destinada à contratação de serviços, a Administração poderá realizar convite.
- III- Quando couber convite ou tomada de preços, a Administração poderá utilizar a concorrência.
- IV- Objetivando a contratação de serviços comuns, quando couber concorrência a Administração poderá valer-se da tomada de preços ou do pregão.
- V- Para a contratação de serviços de natureza comum, a Administração poderá utilizar a tomada de preços, mas não a concorrência.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) I, II e V.
- d) II e III.
- e) III e V.

27. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) Ocorrendo a inabilitação de todos os licitantes, a Administração:

- Poderá conceder àqueles que manifestarem, no ato da correspondente sessão, a intenção de apresentarem novas propostas, o prazo de 3 dias úteis daquela data.
- Deverá conceder aos licitantes o prazo de 5 dias para apresentação de novas propostas que atendam às exigências editalícias.
- Ficará com a faculdade de estabelecer o prazo de 2 dias úteis para apresentação de nova documentação que atendam às condições do edital.
- Estará obrigada a conceder o prazo de 48 horas para os licitantes substituírem a documentação e as propostas.
- Poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de nova documentação, escoimada das causas que motivaram aquele ato.

28. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª REGIÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) Nas licitações nas modalidades concorrência e tomada de preços, o prazo para recorrer em face dos atos de habilitação do licitante ou de julgamento das propostas é de:

- 3 dias, contados da lavratura da correspondente ata; e, na modalidade de pregão, o licitante deverá recorrer no prazo de 5 dias úteis, contado da lavratura da ata da sessão pública de abertura dos envelopes contendo as propostas, ou da publicação do respectivo ato.
- 3 e 5 dias, respectivamente, contados da publicação do ato de entrega dos envelopes contendo as propostas, e, na modalidade de pregão, o licitante poderá recorrer até o 1º dia útil subsequente ao da sessão pública de abertura dos envelopes, apresentando as suas razões.
- 3 e 5 dias úteis, respectivamente, contados das lavraturas das correspondentes atas, e, na modalidade de pregão, o licitante deverá recorrer até o 3º dia consecutivo ao da apresentação das propostas mediante o protocolo de suas razões.
- 5 dias úteis, da intimação do ato ou da lavratura da ata, e, na modalidade de pregão, o licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente na sessão pública de abertura dos envelopes, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 dias para apresentação das razões do recurso.
- 8 dias úteis, contados da lavratura do correspondente ato, e, na modalidade de pregão, o licitante deverá apresentar as razões do recurso na mesma sessão pública designada para a abertura dos envelopes contendo as propostas.

29. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) Quando o licitante vencedor for convocado e deixar de assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos:

- É facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o respectivo contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- A Administração deverá anular a licitação, desde que nenhum dos 3 licitantes que ofereceram os menores preços, aceite celebrar o contrato nas condições oferecidos pelo vencedor.
- A licitação deverá ser revogada para preservar o interesse público, vedada a convocação dos licitantes remanescentes, sob pena de acarretar vício no procedimento.

- A Administração deverá convidar os licitantes remanescentes, independentemente da ordem de classificação, para celebrar o respectivo contrato no prazo fixado e nas mesmas condições propostas pelo primeiro.
- Poderá ser reaberta a sessão pública de julgamento das propostas, objetivando que os licitantes remanescentes apresentem novas propostas, desde que observadas as demais condições oferecidas pelo primeiro.

30. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) A modalidade licitatória usada para escolha de concessionário de serviço público é o(a):

- Pregão.
- Convite.
- Concurso.
- Tomada de preços.
- Concorrência.

31. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) O princípio aplicável ao procedimento licitatório que exige a compatibilidade dos atos praticados durante o procedimento com o conteúdo do edital denomina-se:

- Julgamento objetivo.
- Isonomia.
- Publicidade.
- Vinculação ao instrumento convocatório.
- Segurança jurídica.

32. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) A Constituição, no art. 37, XXI, ao exigir licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalva os casos especificados na legislação, ou seja, deixa em aberto a possibilidade de serem fixadas, por lei ordinária, hipóteses em que a licitação não será realizada. Sobre o tema e com base na Lei nº 8.666/1993, que trata da dispensa e da inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- São termos equivalentes.
- Na dispensa há impossibilidade de licitação e na inexigibilidade, em tese, a licitação é possível.
- A dispensa é cláusula exorbitante e deve ser utilizada na interpretação contratual.
- A inexigibilidade resulta do pequeno valor a ser contratado, incapaz de justificar a deflagração de procedimento licitatório.
- Somente poderá ocorrer a dispensa de licitação nas situações previstas em lei.

33. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) No que tange aos princípios da licitação previstos na Lei nº 8666/1993, é correto afirmar que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir, tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede, ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. Tal afirmação mostra-se compatível com o princípio da:

- Legalidade.
- Razoabilidade.
- Competição.
- Publicidade.
- Eficiência.

34. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) Assinale a alternativa que indica a modalidade licitatória que deve ser usada na alienação de bens imóveis pertencentes ao Estado.

- a) Tomada de preços.
- b) Pregão eletrônico.
- c) Convite.
- d) Concorrência.
- e) Pregão presencial.

35. (AGU (ADMINISTRADOR) – 2006 – NCE/UFRJ) Sobre o procedimento licitatório, é INCORRETO afirmar que:

- a) A licitação não será sigilosa, salvo quanto ao conteúdo das propostas apresentadas.
- b) As entidades da Administração Indireta também são obrigadas a realizar procedimento licitatório.
- c) A licitação tem por finalidade assegurar igualdade de tratamento aos que querem contratar com o Poder Público, assegurando, ainda, para a Administração Pública, a oportunidade de escolha da proposta mais vantajosa.
- d) A Lei nº 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre contratos e licitações, podendo, estados e municípios, estabelecerem normas específicas sobre a matéria.
- e) A Administração Pública, ao contrário dos licitantes, não está vinculada aos termos do edital por ela elaborado, podendo adotar providências e soluções não previstas no instrumento convocatório, desde que julgadas convenientes.

36. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os itens:

- I- Nas sociedades de economia mista interventoras no domínio econômico, uma compra relacionada com sua atividade-fim exige licitação, ao passo que a relacionada com sua atividade meio dispensa o procedimento licitatório.
- II- O princípio do julgamento objetivo relaciona-se com os dispositivos da Lei nº 8.666/1993, que estabelecem os critérios de julgamento das propostas com base no tipo de licitação, materializa-se no edital da licitação, no qual são definidos os critérios para a pontuação dos participantes do certame ou para a seleção da proposta mais vantajosa.

37. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO STJ – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os itens:

- I- A pessoa física ou jurídica autora de projeto básico ou executivo submetido a licitação pode participar direta ou indiretamente da licitação como consultora.
- II- Qualquer ato licitatório deve ser editado, habilitado, julgado, classificado, homologado, adjudicado e avaliado por uma comissão de três membros.

38. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) No que se refere a licitações, julgue os itens a seguir.

- I- Em um mesmo processo licitatório, a administração pública pode combinar as várias modalidades de licitação para o fim de atender melhor ao interesse público.
- II- O leilão, forma de licitação pública, pode ser realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado para tal.
- III- A venda de bens produzidos por entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades, não está sujeita a licitação.
- IV- O pregão é modalidade licitatória que pode ser usada em contratações de qualquer valor, para aquisição de bens e serviços comuns pela administração pública federal, estadual ou municipal.
- V- Segundo a lei, a licitação é necessária para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

39. (TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Carlos, diretor de negócios da empreiteira Alfa, com o auxílio de João Marcos, funcionário público responsável por um procedimento licitatório, fraudou, mediante ajuste com as demais empresas licitantes, o caráter competitivo desse procedimento, com intuito de obter, para sua empresa, vantagem decorrente da atribuição da execução de obra pública. Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- I- A modalidade de licitação adequada à situação descrita é o concurso, cujas regras devem ser publicadas na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias do início da obra.
- II- A administração pública poderá aplicar sanções a João Marcos caso reste comprovada a prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- III- Haveria possibilidade de dispensa da licitação caso a realização da obra caracterizasse urgência de atendimento de situação que compromettesse a segurança das pessoas.

ESTATUTO FEDERAL

1. (AFRF – 2005 – ESAF) O sistema de remuneração dos servidores públicos, sob a forma de parcela única, ou subsídio, permite o pagamento somente da seguinte vantagem:

- a) Gratificação por hora extra.
- b) Verba de representação.
- c) Diária por deslocamento de sua sede.
- d) Gratificação de função.
- e) Adicional de periculosidade.

2. (AFRF – 2005 – ESAF) No âmbito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), a vantagem que se caracteriza como indenização é:

- a) Ajuda de custo.
- b) Adicional de insalubridade.
- c) gratificação natalina.
- d) Abono pecuniário.
- e) Adicional noturno.

3. (TRF – 2006 – ESAF) À luz da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui forma de provimento nem de vacância de cargo, a figura do(a):

- a) Aproveitamento.
- b) Promoção.
- c) Readaptação.
- d) Recondição.
- e) Redistribuição.

4. (TRF – 2006 – ESAF) À luz da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui benefício do Plano de Seguridade Social do Servidor, e sim direito ou vantagem, a:

- a) Garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórios.
- b) Licença à gestante.
- c) Licença para tratamento de saúde.
- d) Licença por acidente em serviço.
- e) Licença por motivo de doença em pessoa da família.

5. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) Assinale a opção que não constitui forma de provimento de cargo público, nos termos da Lei nº 8.112, de 1990.

- a) Promoção.
- b) Readaptação.
- c) Transferência.
- d) Aproveitamento.
- e) Recondição.

6. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) Reversão é forma de provimento de cargo público, pelo retorno à atividade de servidor aposentado. Sobre o assunto, assinale a opção incorreta.

- a) Na hipótese de reversão, o tempo em que o servidor estiver em exercício não será considerado, para concessão de aposentadoria.
- b) O retorno à atividade, no interesse da Administração, somente será possível se a aposentadoria tiver sido voluntária.
- c) A reversão no interesse da Administração só é aplicável a servidor que era estável, quando em atividade.

- d) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- e) Não é possível a reversão no interesse da Administração se a aposentadoria tiver ocorrido há mais de 5 (cinco) anos da data da solicitação.

7. (AGU – 98 – ESAF) O servidor público federal, subordinado ao Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/1990, que ainda esteja em estágio probatório, não poderá:

- a) Afastar-se para fazer curso de formação necessário a assumir outro cargo.
- b) Afastar-se para missão oficial no exterior.
- c) Exercer cargo comissionado.
- d) Ter licença para atividade política.
- e) Ter licença para mandato classista.

8. (AFRF (ÉTICA) – 2002/2 – ESAF) Não se inclui(em) entre os beneficiários de pensões temporárias:

- a) A mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor.
- b) O menor, sob guarda ou tutela, até 21 anos de idade.
- c) Os filhos ou enteados até 21 anos de idade.
- d) O irmão órfão, até 21 anos de idade, que comprove dependência econômica do servidor.
- e) A pessoa inválida designada, que viva na dependência econômica do servidor, enquanto durar a invalidez.

9. (AFRF (ÉTICA) – 2002 – ESAF) Assinale a afirmativa falsa.

- a) A licença para atividade política é concedida a partir do registro da candidatura até o décimo dia após o da eleição, sendo remunerada, somente, pelo período de três meses.
- b) A licença para o desempenho de mandato classista pode ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez.
- c) A licença para capacitação, de até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, com remuneração, é concedida, no interesse da administração, após cada quinquênio de efetivo exercício.
- d) A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida, a critério da administração, ao servidor ocupante de cargo público, efetivo ou em comissão, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- e) A licença por motivo de afastamento do cônjuge, deslocado para outro ponto do território nacional, para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Legislativo ou Executivo, é concedida sem remuneração.

10. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) Em relação à posse do servidor público, é INCORRETO afirmar:

- a) A posse dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- b) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) No ato da posse o servidor declarará seus bens e os valores de seu patrimônio.
- d) A posse dar-se-á mediante procuração específica.
- e) Haverá posse em todos os casos de provimento de cargo.

11. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) Tratando-se de direito de petição, assinale a opção correta.

- a) O direito de requerer prescreve, em todos os casos, em 5 (cinco) anos.
- b) O recurso do servidor público contra ato de indeferimento do pedido de reconsideração terá, sempre, efeito suspensivo.
- c) A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.
- d) O pedido de reconsideração, ainda que cabível, não interrompe a prescrição.
- e) Em caso de provimento do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data de requerimento do mesmo.

12. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) O servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, será punido com:

- a) Advertência.
- b) Demissão.
- c) Cassação de aposentadoria.
- d) Suspensão de até quinze dias.
- e) Suspensão de até noventa dias.

13. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) Ao servidor é proibido, EXCETO:

- a) coagir subordinado a filiar-se a partido político.
- b) Aceitar pensão de Estado estrangeiro.
- c) Exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou mandatário.
- d) Manter sob sua chefia imediata, em cargo efetivo, cônjuge ou companheiro.
- e) Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

14. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) Aplica-se a pena de demissão nos seguintes casos, EXCETO:

- a) Prática de usura, sob qualquer de suas formas.
- b) Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- c) Inassiduidade habitual.
- d) Insubordinação grave em serviço.
- e) Promoção de manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.

15. (AFRF (ÉTICA) – 2000 – ESAF) Tratando-se do julgamento do processo disciplinar, assinale a opção correta.

- a) O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.
- b) É de trinta dias, contados do recebimento do processo, o prazo para a autoridade julgadora proferir a sua decisão.
- c) Em caso de vício insanável no processo, a autoridade, motivadamente, poderá aplicar a penalidade.
- d) O julgamento não se vincula ao relatório da comissão.
- e) Extinta a punibilidade pela prescrição, o processo será automaticamente arquivado, sem outras providências.

16. (FISCAL DO TRABALHO (ÉTICA) – 2006 – ESAF) Constituem hipóteses de demissão de servidor público federal regido pela Lei nº 8.112/1990:

- I- Cometimento de crime de prevaricação.
- II- Enriquecimento ilícito no exercício da função.
- III- Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, objeto da repartição.

IV- Ofensa verbal, em serviço, a particular.

V- Aceitação de presente não autorizado pelo ordenamento jurídico, para a prática de ato inerente ao exercício da função.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- c) apenas as afirmativas I, II e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I e II.

17. (FISCAL DO TRABALHO – 2006 – ESAF) No âmbito das normas de seguridade social do servidor público, previstas na Lei nº 8.112/1990, assinale a hipótese não prevista para concessão de pensão provisória por morte presumida de servidor.

- a) Desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço.
- b) Declaração de ausência, prestada pela autoridade judiciária ou policial competente.
- c) Desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo.
- d) Declaração de ausência, prestada pela autoridade judiciária competente.
- e) Desaparecimento no desempenho de missão de segurança.

18. (TRF – 2002.2 – ESAF) De acordo com as atuais regras constitucionais relativas aos servidores públicos da União, regidos pelo regime da Lei nº 8.112/1990:

- a) A estabilidade ocorre aos 2 anos.
- b) A estabilidade ocorre aos 5 anos.
- c) A remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno.
- d) É permitida a diferença, para o exercício de certos cargos ou funções e de critério para admissão, por motivo de sexo ou estado civil.
- e) Extinto o cargo ocupado por servidor estável ele fica em disponibilidade, com vencimentos integrais.

19. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) Em relação ao processo administrativo disciplinar regulado pela Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que:

- a) Apenas o cônjuge do indiciado não poderá participar da comissão de inquérito
- b) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
- c) O processo disciplinar é considerado instaurado com a publicação do ato de constituição da comissão de inquérito.
- d) A revisão do processo poderá resultar no agravamento da penalidade.
- e) A comissão tem prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para concluir o processo disciplinar.

20. (ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 22ª – 2005 – FCC) A Administração Pública expediu ato administrativo que prejudicou legítimo interesse de servidor público. Inconformado, este peticionou à autoridade responsável por referido ato, requerendo sua modificação, oportunidade em que apresentou novos argumentos. O meio de controle administrativo em questão denomina-se:

- a) Recurso hierárquico impróprio.
- b) Pedido de reconsideração.
- c) Revisão administrativa.
- d) Recurso hierárquico próprio.
- e) Reclamação administrativa.

21. (PROCURADOR GERAL DO ESTADO/SE – 2005 – FCC) Uma autoridade administrativa presenciou a prática de ato de subordinado seu, a configurar ilícito administrativo. Considerando-se que tal autoridade tem competência para aplicar ao subordinado a respectiva penalidade disciplinar:

- a) Deverá aplicá-la de imediato, sob pena de estar, pó sua vez, praticando ato ilícito ao omitir-se na defesa do interesse público.
- b) Poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da verdade sabida.
- c) Ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, m razão do princípio da inércia.
- d) Poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da autotutela.
- e) Ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, em razão do princípio da ampla defesa.

22. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA JUDICIÁRIA) - 2005 – FCC) Prescreverão em 5 e 2 anos, respectivamente, as ações disciplinares decorrentes das infrações de:

- a) Cassação de aposentadoria e repreensão.
- b) Cassação de readmissão e advertência.
- c) Suspensão convertida em multa e repreensão.
- d) Disponibilidade e suspensão.
- e) Destituição de cargo em comissão e suspensão.

23. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª REGIÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) É vedado o retorno ao serviço federal do servidor demitido ou destituído do cargo em comissão, em decorrência de:

- a) Crime contra a administração pública e ofensa física, em serviço, a particular, exceto em legítima defesa própria.
- b) Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo e insubordinação grave em serviço.
- c) Corrupção e incontinência pública.
- d) Dilapidação do patrimônio nacional e abandono do cargo.
- e) Aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos.

24. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) A investidura do servidor público estável em decorrência...

I- do retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria

II- de limitação sofrida em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica

III- do retorno ao cargo anterior por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo

... corresponde, respectivamente, a:

- a) readmissão, aproveitamento e transposição.
- b) readaptação, reversão e recondução.
- c) reversão, readaptação e recondução.
- d) aproveitamento, readaptação e redistribuição.
- e) recondução, reversão e readmissão.

25. (PAPILOSCOPISTA DA POLICIA FEDERAL – 2004 – CESPE/UNB) Julgue os seguintes itens:

I- Considere a seguinte situação hipotética: um papiloscopista em exercício no DPF, em virtude de anterior desentendimento decorrente do exercício funcional, promoveu manifestação de desprezo a subordinado seu no recinto da repartição. Nessa situação, comprovada a transgressão em devido processo legal administrativo, poderá ser aplicada ao agente a penalidade disciplinar de remoção de lotação a bem do serviço público.

II- Ao servidor não é permitido atuar, como procurador ou intermediário, em repartições públicas, para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

26. (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Julgue o seguinte item:

O processo disciplinar pode ser revisto de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

27. (PROCURADOR DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Com relação ao regime jurídico dos servidores estatutários, julgue os itens subsequentes.

I- A reversão é forma de provimento de cargo público proscria em face da exigência de concurso público.

II- O servidor em estágio probatório não pode exercer cargo de provimento em comissão.

III- O julgamento, pelo TCU, de ilegalidade de concessão de aposentadoria não implica, por si só, a obrigatoriedade da reposição das importâncias recebidas de boa-fé.

IV- O pagamento das indenizações ao erário pelo servidor em razão de danos provocados à administração pública pode ser parcelado, a pedido do interessado, em qualquer hipótese.

28. (TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB) Acerca da aplicação da legislação que rege os servidores públicos da União, julgue os itens que se seguem.

I- Os adicionais de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas incorporam-se integralmente aos proventos de aposentadoria.

II- O tempo em que o servidor permanecer em disponibilidade remunerada não deve ser contado para efeito de aposentadoria.

III- O auxílio-funeral corresponde à remuneração ou ao provento a que o servidor faria jus se vivo fosse, no mês do falecimento, independentemente da causa *mortis*.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

1. (AFRF – 2005 – ESAF) Não inclui na finalidade do sistema de controle interno federal, constitucionalmente previsto, a atividade de:

- a) Avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração.
- b) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias da União.
- c) Comprovar a legalidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

2. (AFRF – 2005 – ESAF) Em relação à ação popular, é verdadeiro afirmar que:

- a) No caso de desistência do autor, o Ministério Público não pode dar prosseguimento à ação.
- b) A ação popular pode ser proposta somente contra entidades públicas.
- c) Para a propositura da ação popular é prescindível que o autor da mesma seja eleitor.
- d) Ainda que se trate de ação temerária, não haverá sanção para o seu autor.
- e) A ação popular pode ser proposta para a proteção de interesses difusos da coletividade.

3. (TRF – 2006 – ESAF) O controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, quanto aos atos praticados pela Administração Pública Federal, relativos a concessões de aposentadorias, é característico do tipo:

- a) Concomitante.
- b) Declaratório.
- c) Jurisdicional.
- d) Posterior.
- e) Prévio.

4. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) No que tange às atividades de controle interno e externo da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A atividade do controle da União e da Administração indireta envolve a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial, mas não diz respeito à matéria orçamentária, eis que a forma de execução do orçamento é matéria típica do campo discricionário do administrador público.
- b) Por não envolver gastos públicos, não há controle interno ou externo sobre a renúncia de receitas.
- c) Nos termos de nossa Constituição Federal, o controle externo da União e da Administração indireta correspondente está a cargo do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) O Tribunal de Contas da União julga não apenas as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, na órbita federal, mas também as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

e) Na órbita federal, o Tribunal de Contas da União aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, aí incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

5. (PROCURADOR FAZENDA NACIONAL – 2004 – ESAF) Sobre as petições apresentadas à Administração, marque a opção correta.

- a) É recurso hierárquico próprio aquele interposto perante outro órgão, estranho àquele que exarou o ato impugnado.
- b) O recurso hierárquico impróprio só pode ser recebido, como tal, se houver previsão específica em lei, que o autorize.
- c) É entendimento pacífico, no Supremo Tribunal Federal, que representações anônimas encaminhadas à Administração, que digam respeito a irregularidades cometidas em prejuízo do Poder Público, não podem dar azo a investigações, em face da vedação ao anonimato, prevista na Constituição Federal.
- d) Reclamação e representação administrativas são expressões que podem ser utilizadas indistintamente, por apresentarem o mesmo significado.
- e) Também se considera pedido de reconsideração aquele dirigido diretamente à autoridade superior, desde que integrante de um mesmo órgão.

6. (AGU – 1998 – ESAF) Se o Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função de controle externo da atividade financeira do Estado, verificar alguma ilegalidade, em órgão ou entidade do Poder Executivo, poderá fixar prazo para as providências necessárias ao exato cumprimento da lei mas, se não for atendido, poderá de imediato sustar a execução do respectivo ato:

- a) Mesmo no caso de contrato.
- b) Exceto no caso de contrato, cuja sustação compete à Câmara dos Deputados.
- c) Exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Senado Federal.
- d) Exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Congresso Nacional.
- e) Exceto no caso de contrato cuja sustação compete ao Presidente da República.

7. (AFC – 2002 – ESAF) Ao Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função institucional de controle externo, compete apreciar para fim de registro os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Federal:

- a) Excluídos os das sociedades de economia mista.
- b) Inclusive das empresas privadas concessionárias de serviços públicos.
- c) Inclusive para cargos de provimento em comissão.
- d) Exceto para cargos de provimento em comissão.
- e) Exceto para cargos de órgãos do Poder Judiciário.

8. (AFC – 2002 – ESAF) No contexto do controle externo da Administração Pública Federal, quanto ao que concerne ao Tribunal de Contas da União, pode-se afirmar ser correto que:

- a) Das suas decisões cabe recurso para o Congresso Nacional.
- b) As suas decisões são insusceptíveis de revisão judicial.
- c) Escapam da sua jurisdição os órgãos do Poder Legislativo.

- d) Compete-lhe sustar a execução de contrato por ele impugnado por vício de ilegalidade não sanada.
- e) Compete-lhe aplicar multa aos responsáveis por despesa ilegal, cuja decisão tem eficácia de título executivo.

9. (AFRF (ÉTICA) – 2002.2– ESAF) Assinale a afirmativa certa.

- a) O *habeas data* será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes, exclusivamente, de registros ou banco de dados oficiais ou governamentais.
- b) O mandado de injunção será concedido quando faltar a norma regulamentadora do exercício dos direitos inerentes às liberdades constitucionais e das prerrogativas relativas à nacionalidade, à soberania, à cidadania e à propriedade.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus associados.
- d) São gratuitos, em caráter universal, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- e) A ação popular tem por objeto a proteção do patrimônio público, ou de entidade que o Estado participe, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

10. (AFRF 2002.2 (ÉTICA) – ESAF) Os vícios do ato administrativo estão previstos na lei que regulamenta o seguinte instituto de controle do Poder Público:

- a) Mandado de segurança.
- b) Ação popular.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Ação civil pública.
- e) Mandado de injunção.

11. (AFRF – 2000 – ESAF) A atribuição do Congresso Nacional de sustar contratos considerados irregulares, classifica-se como um ato do controle:

- a) Financeiro.
- b) Administrativo.
- c) Interno.
- d) Judicial.
- e) Político.

12. (TRF – 2003 – ESAF) Em tema de controle externo, no âmbito da Administração Pública Federal, a competência constitucional para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros ou valores públicos, é:

- a) Do Tribunal de Contas local, recorrível ao Tribunal de Contas da União.
- b) Do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Congresso Nacional.
- d) Própria e privativa do Tribunal de Contas da União.
- e) Própria e privativa do Congresso Nacional.

13. (AFC/CGU (AUDITORIA) – 2006 – ESAF) Tratando-se de mandado de segurança, assinale a afirmativa falsa, conforme as súmulas do Supremo Tribunal Federal.

- a) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- b) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

- c) Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- d) Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso de ação própria.
- e) O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

14. (AFC/CGU (AUDITORIA) – 2006 – ESAF) Em relação à ação popular, assinale a afirmativa falsa.

- a) A pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de ação popular, poderá, a juízo de seu representante, atuar ao lado do autor ou defender o ato impugnado, desde que assim recomende o interesse público.
- b) A ação popular será proposta, também, contra os beneficiários do ato impugnado.
- c) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- d) O Ministério Público acompanhará a ação, sendo-lhe vedado assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.
- e) Serão réus na ação popular as autoridades que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado.

15. (AFC/CGU (CORREIÇÃO) – 2006 – ESAF) Compete ao Tribunal de Contas da União:

I- Julgar as contas dos dirigentes das sociedades de economia mista de cujo capital a União participe.

II- Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe.

III- Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade da despesa, as sanções cabíveis.

IV- Fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, repassados aos mesmos.

V- Assinar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, em caso de ilegalidade.

Estão corretas:

- a) Apenas as afirmativas I, II, III e V.
- b) Apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) Apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) Apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- e) As afirmativas I, II, III, IV e V.

16. (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TCE/SP – 2005 – FCC) No exercício do controle externo da Administração Pública, o Tribunal de Contas:

- a) Não pode apreciar a constitucionalidade das leis.
- b) Não pode sustar ato administrativo regular
- c) Aprecia, exclusivamente mediante parecer prévio, a legalidade dos atos de admissão pessoal.
- d) Pode revogar ato administrativo, diante de sua inconveniência.
- e) Aprecia, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias.

17. (ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRT/23ª (ÁREA ADMINISTRATIVA) – 2005 – FCC) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, mediante controle externo, é função:

- a) Do Poder Judiciário Federal e Estadual, na qualidade de órgão administrativo, paralelamente com os Tribunais de Contas da União e dos Estados.

- b) Exclusiva do Poder Executivo de cada esfera governamental com auxílio do respectivo Tribunal de Contas, na qualidade de órgão de assessoramento.
- c) Do Poder Legislativo de cada esfera governamental com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, na qualidade de órgão técnico.
- d) Dos três Poderes da União, Estados e Municípios, com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas, na qualidade de órgãos jurisdicionais
- e) Exclusiva do poder Legislativo da União, Estados e Municípios com a atuação efetiva de seus Tribunais de Contas, na qualidade de órgãos jurisdicionais.

18. (AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Sobre o controle parlamentar e judicial, exercido sobre a Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) O Poder Judiciário não pode revogar atos administrativos praticados por outro poder;
- b) O Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, também exerce controle sobre a Administração Pública;
- c) O Tribunal de Contas pode sustar atos e contratos praticados pela Administração Pública;
- d) a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, que são entidades da Administração Indireta, depende de autorização legislativa;
- e) O Poder Legislativo pode convocar autoridades subordinadas ao chefe do Poder Executivo para prestar esclarecimentos sobre determinadas matérias.

19. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Os recursos administrativos são instrumentos de controle da Administração Pública. Sobre a matéria, é INCORRETO afirmar que:

- a) Como regra os recursos administrativos não terão efeito suspensivo;
- b) No Brasil, se houver previsão na lei, a parte interessada somente poderá propor ação contra a Administração Pública após o esgotamento dos recursos administrativos;
- c) A “coisa julgada administrativa”, aplicada aos recursos administrativos, não impede o acesso ao Poder Judiciário;
- d) As decisões proferidas nos recursos administrativos observarão o princípio da motivação;
- e) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, deverão elaborar, no âmbito de sua atuação, suas respectivas legislações sobre seus recursos administrativos.

20. (ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL/AM – NCE/UFRJ – 2005) O controle jurisdicional sobre a Administração Pública pode ser exercido de várias formas. Uma das ações colocadas à disposição dos administrados serve para controlar o ato de autoridade que fere direito líquido e certo. Trata-se de:

- a) Mandado de injunção.
- b) Mandado de segurança.
- c) Ação popular.
- d) Ação civil pública.
- e) Ação ordinária.

21. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Sobre o controle judicial da Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) O controle judicial será exercido sempre mediante provocação;
- b) O Poder Judiciário poderá controlar os abusos e ilegalidades cometidos pela Administração Pública no exercício da discricionariedade administrativa;
- c) Através da ação popular, qualquer cidadão poderá tentar, junto ao Poder Judiciário, controlar os atos da Administração Pública lesivos ao patrimônio público;
- d) O mandado de segurança é um dos instrumentos previstos na Constituição de controle judicial da Administração Pública;
- e) A lei pode condicionar o acesso ao Poder Judiciário ao prévio esgotamento dos recursos administrativos.

22. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) Sobre o controle parlamentar exercido sobre a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I- No âmbito federal, o controle externo feito pelo Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

II- As comissões parlamentares de inquérito podem ser usadas como instrumento de controle da

Administração Pública, sendo possível a aplicação de punições aos administradores pelo voto da maioria dos integrantes da comissão.

III- O Congresso Nacional pode anular atos administrativos praticados com algum tipo de ilegalidade pelo Poder Executivo.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma.

23. (TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL/AM – 2005 – NCE/UFRJ) O controle interno é aquele exercido no âmbito de cada poder, no exercício da função administrativa. Sobre a matéria, analise as afirmativas a seguir:

I- O controle interno incide sobre aspectos de mérito e legalidade.

II- O controle interno pode ser exercido de ofício ou mediante provocação.

III- O recurso administrativo é um dos instrumentos que irão viabilizar o controle interno.

É (são) verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma.

24. (PAPILOSCOPISTA DA POLÍCIA FEDERAL - 2004 - CESPE/UNB)

Julgue o seguinte item:

O Departamento de Polícia Federal (DPF), por estar inserido na estrutura do Poder Executivo, não pode sujeitar-se à fiscalização mediante controle externo, exercida pelo Congresso Nacional, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

25. (TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO DO TCU – 2004 – CESPE/UNB)

Julgue os itens a seguir:

I- Não compete ao TCU realizar controle externo das contas dos administradores do Poder Judiciário.

II- Pelo fato de as sociedades de economia mista serem pessoas jurídicas de direito privado, as contas dos seus administradores não estão submetidas à fiscalização do TCU.

III- Considere a seguinte situação hipotética: uma autarquia federal contratou Humberto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Nessa situação, o contrato mediante o qual Humberto foi admitido não está sujeito a registro no TCU, pois somente os atos de admissão relativos a cargo público de provimento efetivo são sujeitos a registro nesse tribunal.

IV- Apenas um dos ministros do TCU pode ser livremente escolhido pelo presidente da República entre os cidadãos brasileiros que preenchem os requisitos constitucionalmente estabelecidos para o exercício desse cargo.

Gabarito

(itens referentes à 4ª edição do Manual de Direito Administrativo)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (p. 1-2)

1. C (conforme item 2.3.2)
2. C (conforme item 2.6.3)
3. A (conforme item 2.6.7.4)
4. E (conforme item 2.4)
5. E (conforme item 2.6.2)
6. B (conforme item 2.6.2)
7. C (conforme item 2.6.3)
8. A (conforme item 2.5.1)
9. E C E C C (conforme item 2.6.7.4)
10. C (conforme item 2.6.3)
11. C (conforme item 2.4)
12. E (conforme item 2.4)
13. E E C (conforme item 2.4 e 2.6.3)
14. E (conforme item 2.6.3)
15. C E C C C (conforme item 2.6.7.2)

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO (p. 3-4)

1. B (conforme item 3.5)
2. E (conforme item 3.2.5)
3. A (conforme item 3.3.1)
4. C (conforme item 3.2.5)
5. E (conforme item 3.3.12)
6. A (conforme item 3.3.7)
7. C (conforme item 3.3.11 e 3.2.3)
8. D (conforme item 3.2.2)
9. D (conforme item 3.3.7)
10. E (conforme item 3.3.13)
11. C E E (conforme item 3.2.5 e 3.5)
12. E (conforme item 3.2.2)
13. C E C C C (conforme item 3.2 e 3.3)
14. C (conforme item 3.2.5)

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS (p. 5-7)

1. E (conforme item 5.5.8)
2. C (conforme item 5.5.7)
3. D (conforme item 5.5.12)
4. E (conforme item 6.1)
5. E (conforme item 5.5.34.2)
6. C (conforme item 5.5.23)
7. B (conforme item 5.5.23)
8. B (conforme item 5.2)
9. A (conforme item 5.5.23)
10. C (conforme item 5.5.24)
11. E (conforme item 5.5.1 e 5.5.4)
12. D (conforme item 5.5.2 e 5.5.3)
13. B (conforme item 5.5.4)
14. B (conforme item 5.2)
15. C (conforme item 5.5.34.2)
16. D (conforme item 5.5.10)
17. C (conforme item 5.5.34.2)
18. C E C E (conforme item 5.5)
19. E (conforme item 5.5.34.2)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (p. 8-9)

1. B (conforme item 7.2.4)
2. A (conforme item 7.2.4)
3. C (conforme item 7.3)
4. B (conforme item 7.2.4)
5. B (conforme item 7.2.4)
6. D (conforme item 7.2.4 e 7.4.2)
7. B (conforme item 7.2.4)
8. C (conforme item 7.2.3)
9. C (conforme item 7.2.4)
10. E (conforme item 7.2.4)
11. E (conforme item 7.2.4)
12. E (conforme item 7.2.3)

ATOS ADMINISTRATIVOS (p. 10-14)

1. C (conforme item 11.3)
2. D (conforme item 11.5)
3. D (conforme item 11.4)
4. B (conforme item 11.6.3)
5. A (conforme item 11.2.2)
6. A (conforme item 11.6.6)
7. D (conforme item 11.6.6)
8. D (conforme item 11.4.1)
9. D (conforme item 11.2.3)
10. D (conforme item 11.5)
11. B (conforme item 11.5)
12. E (conforme item 11.5.1)
13. A (conforme item 11.4.1)
14. C (conforme item 11.2.3)
15. B (conforme item 11.5)
16. D (conforme item 11.2.1)
17. D (conforme item 11.5)
18. D (conforme item 11.5.2)
19. E (conforme item 11.8)
20. C (conforme item 11.8)
21. B (conforme item 11.6.1)
22. D (conforme item 11.4.1)
23. E (conforme item 11.3)
24. E (conforme item 11.8)
25. E (conforme item 11.5)
26. C (conforme item 11.3)
27. A (conforme item 11.6.1)
28. A (conforme item 11.5)
29. B (conforme item 11.8)
30. A (conforme item 11.5)
31. D (conforme item 11.6.1)
32. C (conforme item 11.8)
33. D (conforme item 11.2)
34. C (conforme item 11.4)
35. E C (conforme item 11.6.6 e 11.4)
36. E E (conforme item 11.3.4)
37. E E (conforme item 11.4 e 11.5)
38. E E C E (conforme item 11.3.4, 11.2.3, 11.9.1, 11.5.2, 11.7)

LICITAÇÃO PÚBLICA (p. 15-20)

1. A (conforme item 12.6.1)
2. E (conforme item 12.3.7)
3. D (conforme item 12.3.7)
4. E (conforme item 12.3.7)
5. B (conforme item 12.6.2.2)
6. E (conforme item 12.5)
7. D (conforme item 12.6.1)
8. C (conforme item 12.4, 12.6.2.2, 12.6.1)
9. B (conforme item 12.2)
10. E (conforme item 12.3.7)
11. E (conforme item 12.11)
12. D (conforme item 12.3.6)
13. B (conforme item 12.3.7)
14. E (conforme item 12.2.7)
15. B (conforme item 12.6.2.2)
16. A (conforme item 12.3.2)
17. D (conforme item 12.5.4)
18. E (conforme item 12.3.7)
19. A (conforme item 12.3.4)
20. E (conforme item 12.6.2.2)
21. D (conforme item 12.6.1)
22. C (conforme item 12.5.3)
23. B (conforme item 12.2.2)
24. C (conforme item 12.3.7)
25. A (conforme item 12.9)
26. B (conforme item 12.3.4)
27. E (conforme item 12.6.2.2)
28. D (conforme item 12.9)
29. A (conforme item 12.6.2.2)
30. E (conforme item 12.3.1)
31. D (conforme item 12.2.2)
32. E (conforme item 12.6.2)
33. C (conforme item 12.2.4)
34. D (conforme item 12.3.1)
35. E (conforme item 12.2.2)
36. E C (conforme item 12.1, 12.2.3)
37. C E (conforme item 12.5.4, 12.7)
38. E C C E (conforme item 12.3, 12.6.2.2)
39. ECC (conforme item 12.3.5, 12.6.2.2)

ESTATUTO FEDERAL (p. 21-23)

1. C (conforme item 9.7.2.1)
2. A (conforme item 9.7.2.1)
3. E (conforme item 9.5)
4. E (conforme item 9.7.4.1)
5. C (conforme item 9.2)
6. A (conforme item 9.2)
7. E (conforme item 9.7.4.8)
8. A (conforme item 9.10.2)
9. A (conforme item 9.7.4)
10. E (conforme item 9.2)
11. C (conforme item 9.7.7)
12. D (conforme item 9.8.1)
13. D (conforme item 9.8.1)
14. E (conforme item 9.8.1)
15. A (conforme item 9.9.1)
16. C (conforme item 9.8.1)
17. B (conforme item 9.10.2)
18. C (conforme item 9.7.2.2)
19. C (conforme item 9.9.1)
20. B (conforme item 9.7.7)
21. E (conforme item 9.9.1)
22. E (conforme item 9.8.1)
23. E (conforme item 9.8.2)
24. C (conforme item 9.2)
25. E E (conforme item 9.8.1)
26. C (conforme item 9.9.4)
27. E E C E (conforme item 9.2, 9.7.1)
28. E E C (conforme item 9.7.2.2, 9.10.2)

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO (p. 24-27)

1. A (conforme item 16.2.2.1)
2. E (conforme item 16.2.3.3.6)
3. D (conforme item 16.2.4)
4. C (conforme item 16.2.2.2)
5. B (conforme item 16.2.3.1)
6. D (conforme item 16.2.2.2)
7. D (conforme item 16.2.2.2)
8. E (conforme item 16.2.2.2)
9. E (conforme item 16.2.3.3)
10. B (conforme item 16.2.3.3.6)
11. A (conforme item 16.2.3.2)
12. D (conforme item 16.2.2.2)
13. C (conforme item 16.2.3.3.3)
14. A (conforme item 16.2.3.3.6)
15. A (conforme item 16.2.2.2)
16. E (conforme item 16.2.2.2)
17. C (conforme item 16.2.2.2)
18. C (conforme item 16.2.2.2)
19. B (conforme item 16.2.3.1)
20. B (conforme item 16.2.3.3.3)
21. E (conforme item 16.2.3.3)
22. A (conforme item 16.2.3.2)
23. D (conforme item 16.2.2.1)
24. E (conforme item 16.2.2.2)
25. E E C (conforme item 16.2.2.2, 16.2.3.2)